RESOLUÇÃO Nº 62**, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

O COLEGIADO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA do Câmpus de Aquidauana da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Opinar favoravelmente pela aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a vigorar a partir do período letivo de 2018.1, conforme anexo.

Franchys Marizethe Nascimento Santana Ferreira,

Presidente.

(Anexo da Resolução n.º 62, de 5 de dezembro de 2017, do Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia do Câmpus de Aquidauana)

(*) Republicado por conter incorreção no original publicado no BS n.º 6689 de 14 de dezembro de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Franchys Marizethe Nascimento Santana Ferreira**, **Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 03/01/2018, às 16:33, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0247719** e o código CRC **1089F1B7**.

SECRETARIA DE APOIO PEDAGÓGICO DO CÂMPUS DE AQUIDAUANA
Rua Oscar Trindade de Barros, 740 - Bairro da Serraria
Fone: (67)3241-0402
CEP 79200-000 - Aquidauana - MS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: PEDAGOGIA - LICENCIATURA

1.2. Código E-mec: 18383

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Licenciatura

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 8 Semestres

b) Mínimo CNE: 8 Semestres

c) Máximo UFMS: 12 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3200 Horas

b) Mínima UFMS: 3349 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 50 vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Vespertino, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

1.12. Local (Endereço) de Funcionamento:

1.12.1. Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: CÂMPUS DE AQUIDAUANA

1.12.2. Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Avenida Oscar Trindade de Barros, 740 Bairro da Serraria - CEP 79200-000. Aquidauana - MS

1.13. Forma de ingresso: As formas de ingresso são regidas pela Resolução COEG nº 269 de 1 de agosto de 2013 (Capítulo 4- Art. 18-19). I - portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente que tenham sido classificados em processo seletivo específico; II - acadêmicos regulares, por transferência para cursos afins, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo; III - acadêmicos regulares, por transferência compulsória para cursos afins, mediante comprovação de atendimento à legislação específica; IV - portadores de diploma de curso de graduação, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo; V - acadêmicos regulares de outras instituições, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, com instituições nacionais ou internacionais; VI - portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza firmados com outros países; VII - acadêmicos da Universidade, por movimentação interna entre cursos, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo; VIII - acadêmicos da Universidade, por permuta interna entre cursos afins, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica; e IX - portadores de diploma de curso de graduação, para complementação de estudos para fins

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 2

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 513

de revalidação de diploma, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- LDB nº 9.394 de 20/12/1996;
- Portaria 1.134 de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a possibilidade de oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial;
- Decreto n° 5.626, de 24 de abril de 2005, que regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o Art. 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Lei nº 10861/2004 Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- Resolução nº 106, de 4 de março de 2016, que orienta a elaboração do Projeto Pedagógico;
- Resolução nº 105, de 4 de março de 2016 que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares;
- Resolução Coeg n° 269/2013, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação Presenciais da UFMS;
- Resolução Coeg n° 107/2010, que aprova o regulamento de estágio na UFMS;
- Resolução Coeg nº167/2010, Coeg, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE, dos cursos de graduação, presenciais, da UFMS;
- Resolução Coun nº 78/2011 que aprova o Regimento Geral da UFMS;
- Resolução Coun nº 35/2011 que aprova o Estatuto da UFMS;
- Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e da outra providência;
- Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno Autista: Lei nº12.764/2012;
- Acessibilidade: Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003, Lei nº 10.098/2000;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012);
- Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008);
- Parecer do CNE/CP nº5/2005;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006;
- Decreto nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014, regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Resolução n° 2, de 1° de Julho de 2015, define as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 514

a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado. O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Pedagogia, do Câmpus de Aquidauana, foi criado pela Resolução de nº 057-Coun/UFMS, de 22 de dezembro de 1995 e iniciou suas atividades em 1997 considerando os pareceres favoráveis à criação pelo Conselho Diretor (Resolução nº 099, de 13 de dezembro de 1995), pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (Resolução nº 081, de 18 de setembro de 1995). Neste ano também foi realizado o primeiro vestibular do Curso.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 11 de julho de 1996 e considerando o parecer da Comissão Permanente de Ensino – Processo nº 23104.003736/96-47, aprovou o currículo Pleno do Curso de Pedagogia - Licenciatura/CEUA conforme resolução nº34/96/COI Coepe, de julho de 1996.

O curso foi estruturado nos moldes anteriores às exigências da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, contando com 2.550 horas aulas, distribuídas, em quatro anos, entre currículo Mínimo – parte comum e parte diversificada -, complementares obrigatórias – formação básica e formação profissional e, disciplinas da Habilitação para o magistério das matérias pedagógicas de 2º Grau; magistério da Pré-escola e magistério para as séries iniciais

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 4

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 515

do 1º Grau, além das disciplinas complementares optativas e Legislação Específica. As Práticas de ensino foram propostas sob a forma de Estágio Supervisionado.

Organizado para a habilitação das matérias pedagógicas do ensino Médio, o currículo mínimo tratava, nas séries iniciais do curso, da fundamentação teórica das disciplinas específicas do Ensino Médio, desvinculadas do contexto maior da prática pedagógica necessária ao magistério, uma vez que, em Mato Grosso do Sul, não existia mais a formação do professor em nível Médio.

Durante este período na história do curso, as disciplinas de todas as séries e a complementação curricular ofertada procuraram atender de forma satisfatória os objetivos das habilitações das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, nos aspectos psicológicos, linguísticos e motor da aprendizagem da criança e às proposições e adequações de procedimentos de trabalho, adaptados as diferentes situações de aprendizagem. (MELO, 2002)

A estrutura do Curso apresentava-se defasada diante das mudanças introduzidas no sistema educacional brasileiro, apesar de ressaltar que as "medidas práticas" introduzidas no curso, o comprometimento dos professores, a atualização da bibliografia básica e complementar das diferentes disciplinas e o desenvolvimento de projetos de ensino e extensão apontaram resultados positivos na formação dos acadêmicos, manifestados através de convites aos acadêmicos para ministrarem aulas na rede municipal e estadual de ensino; para participação em eventos promovidos pelas escolas públicas e privados; na aprovação dos egressos e concluintes do curso em concursos públicos para a docência na Educação Infantil e Séries Iniciais do ensino Fundamental, realizados no município e nas cidades circunvizinhas; através das fichas avaliativas dos estagiários preenchidas pelos professores, coordenadores e diretores das escolas Campo e; pelo conceito B, obtido no Provão de 2002. (MELO, 2002).

Entretanto, conscientes da necessidade de ressignificar a formação do professor para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o coletivo de professores do Curso, através de uma Comissão Especial discutiram as mudanças necessárias para o curso de Pedagogia, de forma a atender às exigências das Diretrizes Curriculares para a Educação Nacional, especialmente, no que se referia à formação de professores para a educação básica, especificamente para os níveis de ensino supracitados.

Observa-se que, o primeiro curso implantado atendia as necessidades daquele período, 1995 a 2003, mas diante das exigências do Ministério da Educação e do Desporto, houve uma reformulação em 2004, desmembrando-se o antigo curso em duas licenciaturas: Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, ainda em funcionamento (2007) e, com previsão de término da última turma para 2010.

Reafirmando o compromisso com a formação de educadores, compreendemos que a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCN-Pedagogia), por meio dos Pareceres do CNE/CP Nº 05/2005 e 06/2006 e da Resolução CNE/CP Nº 01/2006, define os marcos gerais que devem balizar a organização dos projetos pedagógicos para os cursos de Pedagogia no Brasil. E, em consonância com tais diretrizes, este projeto de curso de Pedagogia - Licenciatura, do *Campus* de Aquidauana assegura a formação de professores para exercer a docência na Educação Infantil, nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos, conforme consta na matriz curricular, nos Núcleos de Aprofundamento.

Tal formação foi atualizada substituindo o Núcleo de Jovens e Adultos pelo Núcleo de Alfabetização e Letramento, de forma a atender as necessidades do ensino local e da região nas atividades docentes, também compreende a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, que engloba o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação e de projetos e experiências educativas; a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Importa considerar a evolução da trajetória do Curso de Pedagogia do CPAQ desde o início, quando contávamos com apenas três professores mestres para os dias atuais com um quadro de onze professores, sendo nove efetivos, dois substitutos. Destes, quatro são doutores, seis mestres e um especialista.

Com uma história construída nesta instituição de ensino superior, o curso obteve conceito B em 2002 pela Comissão de Avaliação Externa, nota três no Exame Nacional do

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 516

Curso (ENC), com a participação dos acadêmicos e, em 2014 alcançamos nota três no Exame de Desempenho de Estudantes (ENADE). Enfatiza-se ainda que contabilizamos novecentos e oitenta e quatro egressos desde a criação do curso.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O ecossistema de Mato Grosso do Sul é dividido em duas grandes regiões: o cerrado e o Pantanal (este localizado no Noroeste do estado). O ecossistema pantaneiro tem como principal atividade econômica a criação de gado de corte e o turismo, enquanto o ecossistema do cerrado se encontra bastante destruído pela implantação das culturas de soja, milho, cana (para produção de álcool) e eucalipto (usado para produção de madeira e celulose), além da criação de gado (aproximadamente 20 milhões de cabeças em todo o estado).

A mesorregião de Aquidauana é formada pelos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti e Miranda. Segundo Ferreira "o município de Aquidauana atualmente é considerado um dos maiores do estado de Mato Grosso do Sul, possuindo uma área de 17.008,50 Km²". Seu território divide-se em duas partes, sendo uma localizada na Região do Pantanal e a outra na região que ocupa a Serra de Maracaju. "Segundo dados do IBGE (2004) no ano de 2003 o município de Aquidauana possuía uma população estimada em 45.543 habitantes, distribuída nas aldeias, zona urbana e nos quatro Distritos: Camisão, Piraputanga, Cipolândia e Taunay. Sua economia baseia-se na pecuária, possuindo um dos maiores rebanhos do estado. (FERREIRA, p. 65, 2006)". No ano de 2015 a população de Aquidauana foi estimada em 47.162 habitantes. No ano de 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,556 e em 2010 atingiu 0,0688, muito próximo ao IDH nacional, 0,699 (dados de 2010). O que denota tanto o crescimento da população quanto o investimento no atendimento à saúde, educação e saneamento básico da população.

Na cidade de Aquidauana-MS, segundo levantamento elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo Ministério da Saúde - DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE, ano de 2010, a Renda domiciliar per capita, pela cor declarada, foi de: Indígena R$ 238,26; Amarela R$ 759,79; Preta R$ 431,31; Parda R$ 477,14 e Branca R$ 811,36.

No ano de 2013, conforme dados dos censos escolares disponibilizados pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o número de matriculas no ensino médio, em Aquidauana-MS foi de: 1.462 alunos matriculados

No município de Aquidauana-MS, 0,4% da área era dedicada, em 2006, à agricultura, principalmente ao cultivo de forrageiras para corte e 65,1% da área era de pastagens, que abrigaram 803.976 cabeças de bovinos em 2014 (3,8% do rebanho bovino do Estado) (IBGE). A cultura temporária no município de Aquidauana se concentrou, em 2013 no cultivo de mandioca, que ocupou 51% da área de culturas temporárias. As culturas permanentes limitaram-se a 31 hectares de cultivo de banana, 10 hectares de cultivo de coco-da-baía e 10 hectares de cultivo de laranja. Dentre os produtos de origem animal, em 2013 destacou-se a produção de 4,5 milhões de litros de leite e 12,7 toneladas de mel de abelha (IBGE). Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Aquidauana atingiu R$ 572.482.000,00. Encontra-se na 17ª posição no ranking do Estado. Considerando a população estimada para o mesmo ano pelo IBGE, o PIB per capita, valor médio por habitante, produzido no município no ano, correspondeu a R$ 12.460,70 sendo 43% inferior ao valor médio do Estado de Mato Grosso do Sul, para o mesmo ano de R$ 21.902,00.

Conforme dados expostos considera-se que o Curso de Pedagogia é de fundamental importância para alavancar o desenvolvimento social, cultural e econômico do no município de Aquidauana-MS, particularmente, no que se refere a concentração de acadêmicos/as oriundos de diferentes municípios de Mato Grosso do Sul e de outras Unidades Federadas do Brasil e, também, do exterior na cidade pólo do curso.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 517

Localizado na região do alto Pantanal, o *Campus* de Aquidauana, por meio dos cursos que oferece, tem demonstrado extrema preocupação com as questões que envolvem o meio ambiente, uma vez que um dos mais belos ecossistemas do mundo inicia-se em Mato Grosso do Sul, no município de Aquidauana, também conhecido como "Portal do Pantanal". Partindo dessa premissa e considerando que a relação "ciência, natureza, cultura, homem pantaneiro e escola" precisa ser trabalhada, buscamos contemplar as linguagens lúdicas e artísticas, como instrumento de aprendizagem dentro do Curso de Pedagogia, que forma profissional para exercer funções de docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial. (SILVA, p 129, 2010).

A Região do Pantanal é composta por 05 (cinco) municípios: Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário e Miranda. O Bioma Pantanal é uma das preocupações de Mato grosso do Sul "em virtude de sua vulnerabilidade. Afinal é uma planície aluvial, além de abrigar rica diversidade de avifauna, mamiferofauna, ictiofauna e muitas espécies susceptíveis e endêmicas (MMA, 2012)". Vieira *et al* (2014) avaliou o desenvolvimento ambiental da Região do Pantanal utilizando os índices de: Queimadas e Incêndios Florestais, Desmatamento, Qualidade do Ar, Saneamento Básico, Conservação da Biodiversidade e Conservação da Água. Os resultados obtidos evidenciaram que "o maior índice foi obtido pelo município de Corumbá, seguido por Aquidauana, Ladário, Anastácio e Miranda. E quem ficou com menor Índice Ambiental foi o município de Miranda". Ferreira considera que a "cidade [de Aquidauana] é privilegiada pela sua posição geográfica, possuindo fauna e flora ricas e diversificadas, pois está situada no chamado "Portal do Pantanal", com imensa planície sedimentar que ocupa toda porção oeste e noroeste do estado. No período da cheia os rios sobem acima de seus níveis e a fauna responde com rara beleza e força nas baías de águas cristalinas". (FERREIRA, p. 65, 2006).

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

O *Campus* de Aquidauana é privilegiado por estar numa região que interfere no processo de educação dos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Bodoquena, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bela Vista. Tal interferência manifesta-se no número significativo de acadêmicos oriundos desses municípios e de outros estados brasileiros que procuram o curso de Pedagogia, conforme os registros de SILVA, p.130, 2010.

Torna-se, portanto, importante e necessário estimular propostas de formação-ação locais, que estejam vinculadas às questões percebidas no cotidiano da instituição de ensino da região na qual está localizada. A formação teórica e prática do professor contribuem para melhorar a qualidade do ensino com vistas às transformações sociais. A abordagem teórica é imprescindível na formação de um educador crítico, pois se constitui num dos elementos básicos para a análise qualitativa da realidade, mais especificamente no curso de Pedagogia da Universidade Federal no Campus de Aquidauana/MS. (SILVA, p. 130, 2010).

O Curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/do *Campus* de Aquidauana propõe acreditar e entende que o mercado de trabalho necessita de profissionais capacitados para atuarem na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Desta forma, entende-se a importância, do Curso, no Campus de Aquidauana, proporcionando a qualificação profissional dos professores, com qualidade, rigor científico e seriedade, exigidos na formação e qualificação desses profissionais.

Conforme dados consultados em 10 de agosto de 2016 na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação(atualmente Pró-reitoria de Graduação-Prograd)-PREG/DICE – Divisão de Controle Escolar e Secretaria Acadêmica do Campus de Aquidauana nos últimos seis anos, do total de 295 ingressantes no Curso de Pedagogia 63.38% concluíram o curso, 30% desistiram, 1.88% jubilou e 4.74% solicitaram desligamento do curso. Os egressos do Curso de Pedagogia encontram campo de trabalho principalmente nas escolas de educação básica do município de Aquidauana e outros municípios vizinhos, nos níveis de atendimento à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Aquidauana possui 27 escolas que oferecem Ensino Fundamental, entre elas 5 são

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 7
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 518

privadas, 9 pública-estadual e 13 pública-municipal. No ano de 2012 o número de alunos matriculados nessas escolas era de 8.354, assim distribuídos: 809 alunos matriculados nas escolas privadas, 4.134 alunos matriculados na escola pública-estadual e 3.411 alunos matriculados na escola pública-municipal. No ano de 2012 essas escolas possuíam um quadro de 499 docentes, sendo 78 docentes na escola privada, 199 na escola pública estadual e 222 na escola pública-municipal. Em relação à Educação Infantil Aquidauana possui 19 escolas, entre elas 3 são privadas e 16 pública-municipal. No ano de 2012 o número de alunos matriculados nessas escolas era de 1.022, assim distribuídos: 130 alunos matriculados nas escolas privadas e 892 alunos matriculados na escola pública-municipal. No ano de 2012 essas escolas possuíam um quadro de 91 docentes, sendo 14 docentes na escola privada e 77 na escola pública-municipal. No ano de 2016 Aquidauana ampliou o oferecimento de vagas na Educação Infantil. Foram 40 vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs): Andrea Pace, Marisa Scaff e CMA Rotary Club para crianças a partir de 4 anos de idade que cursarão o Pré Escolar. Na Escola Municipal Erso Gomes foram abertas 02 (duas) salas de Pré Escolar e na CMEI Leonor Garcia foram ampliadas 02 (duas) salas de maternal semi integral para crianças de 2 a 3 anos de idade.

A UFMS, em Aquidauana, é a única instituição pública que oferece o Curso de Pedagogia na modalidade presencial, pois, a outra instituição é a Anhanguera Educacional, de caráter privado, e que oferece curso a distância.

Conforme exposto, acreditamos que o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Aquidauana (CPAQ) fortalece o sistema municipal de ensino dos municípios atendidos na Bacia do Pantanal, na medida em que contribui para a superação das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade da educação.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

O Curso de Pedagogia Licenciatura do *Campus* de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul desenvolve-se a partir dos princípios constitucionais e legais, da diversidade sociocultural e regional do país, da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, visando a qualificação na docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos nas instituições.

A metodologia utilizada pelos professores do Curso de Pedagogia -Licenciatura visa propiciar ao acadêmico, por meio de investigação, a reflexão crítica em um processo de trabalho intelectual através de experiências com planejamentos, execução e avaliação de atividades educativas, criando novas alternativas às exigências de formação e de organização da escola básica, produzindo e construindo novos conhecimentos, que contribuam para a formação e emancipação humanas de nossas crianças, jovens e adultos.

A estrutura geral do Curso de Pedagogia- Licenciatura, constituir-se-á de disciplinas e demais atividades que serão organizadas em um sistema semestral com os conhecimentos necessários para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental distribuídos ao longo de todo o curso, devidamente interligados e estudados numa abordagem unificadora e interdisciplinar.

A organização curricular do curso oferece um núcleo de estudos básicos que estudará a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da Literatura pertinente e de realidades educacionais, de reflexão e ações críticas; um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional do curso e outro núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular. O conjunto de estudos dos núcleos propiciará, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional relativas à formação do licenciado. Os estudantes serão desafiados a articular os conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos no curso com práticas profissionais e de pesquisa. Para tanto, utiliza-se de aulas e estudos individuais e coletivos, práticas de trabalhos pedagógicos de: monitoria, estágio curricular, as de pesquisa, as de extensão, as de

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 8
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 519

participação em eventos e em outras atividades acadêmico-científicas, que alarguem as experiências e consolidem a sua formação.

É oferecido, também, aos acadêmicos, dois núcleos de aprofundamento de estudos, um em Alfabetização e Letramento e o outro em Educação especial. Estes núcleos serão oferecidos no 8º semestre do curso e os acadêmicos poderão escolher uma das áreas para cursar.

As habilidades e competências desejadas no campo formativo do profissional docente do Curso de Pedagogia- Licenciatura/CPAQ, devem ser coerentes com os objetivos e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo aos critérios de clareza e coerência em relação às necessidades profissionais em sua organização, na diversidade sociocultural e regional do país, na observação dos princípios constitucionais e legais, na organização federativa do estado brasileiro, na pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, na competência dos docentes para a gestão democrática. (BRASIL, 2005).

5.1.1. TÉCNICA

O Curso de Pedagogia- Licenciatura deve articular conhecimentos da área educacional com as práxis docente e o campo de pesquisa, integrado as diferentes funções pedagógicas necessárias nas instituições de ensino como: planejamento, coordenação pedagógica, avaliação, gestão democrática, dentre outras, sempre apoiados pelas pesquisas e formação continuada que se fizerem necessárias a aperfeiçoar seu desempenho. Inclusive o saber necessário nos espaços escolares e não escolares.

5.1.2. POLÍTICA

O Curso de Pedagogia-Licenciatura/CPAQ deve propiciar ao futuro professor estudos e reflexões da realidade socioeconômica, cultural, educacional e política da sociedade brasileira, com a intenção de preservar elementos de identidade cultural, que alimentem e potencializem o processo de tomada de consciência crítica, superando o senso comum. (MASSETO, 1998).

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Esta dimensão envolve as atividades e experiências propiciadas aos estudantes que lhes permitam o desenvolvimento de centros de interesse outros que os ligados ao fazer profissional.

Nesta dimensão o curso de Pedagogia-Licenciatura desenvolverá as seguintes atividades;

1. Eventos sobre temáticas gerais ligadas à sociedade sul-mato-grossense e brasileira, tais como: conjuntura política, conjuntura social, artes, literatura e ciências;
2. Oficinas com docentes da UFMS e com profissionais de diferentes campos profissionais sobre temáticas específicas, tais como: Produção de matérias a partir de recicláveis, produção de artesanato, produção textual, artes plásticas, dança, cuidados corporais, etc.

5.1.4. CULTURAL

O Curso de Pedagogia-Licenciatura continuará a oferecer diversificadas atividades aos seus acadêmicos com a intenção de ampliar seus conhecimentos culturais, tais como:

- Viagens a cidades históricas;
- visitas a museus;
- visita *in loco* de comunidades diferenciadas como: quilombola, indígena, pantaneira, ribeirinha, zona rural, dentre outra que se fizerem necessárias;
- elaboração de projetos que incentivem a divulgação da diversidade cultural regional;

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 9

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 520

- organização de Sarau, dentre outros.

5.1.5. ÉTICA

A dimensão ética deverá estar inserida em todas as disciplinas ministradas nos cursos para que o futuro docente tenha plena consciência das suas responsabilidades enquanto formador. Pois o acadêmico deverá ter uma postura ética em todos os espaços sociais.

Amorim Neto (2008) destaca ser relevante que o futuro educador receba, no curso de graduação, todo meio de que necessita para o seu desenvolvimento humano, de forma ampla, e que a sua formação seja baseada em atitudes democráticas, onde todos tenham direito a participação.

Nas pesquisas e nas produções acadêmicas preocupar-se com a correta citação de referências, atenção aos prazos, acesso ao comitê de ética.

5.1.6. SOCIAL

A sociedade contemporânea exige um homem crítico, criativo, com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de conhecer o seu potencial intelectual. Esse homem deverá ter uma visão geral sobre os diferentes problemas que afligem a humanidade, como os sociais e os ecológicos, além de profundo conhecimento sobre domínios específicos. Em outras palavras, um homem atento e sensível às mudanças da sociedade, com uma visão transdisciplinar e com capacidade do constante aprimoramento e depuração de ideias e ações. É tarefa das instituições formadoras de professores prepará-los nesse contexto para que eles possam construir, junto a seus alunos, a formação exigida e esperada pela sociedade. (SILVA, p. 122, 2010).

Considerando a natureza da atividade docente para a qual os futuros formandos estão sendo preparados, o desenvolvimento de competências socioemocionais é de fundamental importância. Além do próprio desenvolvimento destas competências, os acadêmicos devem desenvolver os conhecimentos necessários para desenvolvê-las em seus futuros alunos. Dentre as competências que o curso de Pedagogia-Licenciatura pretende desenvolver nesta dimensão estão listadas abaixo, com base na categoria dos Cinco Grandes Fatores (SANTOS e PRIMI, 2014):

Fator Abertura a Experiências:

1. Iniciativa;
2. Imaginação;
3. Curiosidade pelo novo.

Fator Conscienciosidade:

1. Perseverança;
2. Organização;
3. Concentração;
4. Controle de impulsos.

Fator Extroversão:

1. Capacidade de ouvir o outro;
2. Capacidade de se expressar de forma construtiva;
3. Respeitar aos tempos coletivos;
4. Respeitar a diversidade;
5. Preservar o espaço coletivo.

Fator Amabilidade:

1. Capacidade de confiar no próximo;
2. Objetividade;
3. Cumprir regras;
4. Simpatia.

Fator Estabilidade Emocional:

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 10

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 521

1. Capacidade de ouvir críticas;
2. Capacidade de autoavaliar sua participação no grupo;
3. Gestão de conflitos;
4. Autoestima;
5. Controlar a ansiedade;
6. Autocontrole;
7. Saber reconhecer e lidar com os próprios sentimentos;
8. Controle do *stress*.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade como princípio pedagógico, tem sido pronunciada como aquela capaz de realizar uma nova forma de educar, a de educar para a dúvida. Entretanto, sua concretização é marcada por muitas contradições, principalmente na questão conceitual e efetivação na universidade. Por um lado, não existe uma definição única que contemple toda a grandiosidade deste fenômeno, mas em todas elas encontramos a ideia de uma nova atitude frente ao conhecimento, que confrontada com os aspectos que envolvem a formação de professores torna a interdisciplinaridade uma estratégia necessária para o desenvolvimento de ações. Fazenda (1994) aponta a necessidade de desenvolver uma atitude interdisciplinar, para que a prática educacional seja mais significativa e mais produtiva no ensino superior: "É apoio à ciência e à pesquisa. Possibilita eliminar a distância existente entre a formação escolar e atividade profissional" (FAZENDA, 1994, p. 23). E, nesse desafio nosso projeto tem o papel articulador para que os professores do Curso de Pedagogia da UFMS/Aquidauana entendam que qualquer área do conhecimento é responsável pela educação ética de nossos acadêmicos.

Deste modo a Universidade precisa ser o espaço de construção nas relações interdisciplinares para uma formação de professores que contextualiza o conhecimento em seu tempo e espaço, ainda, que costura as ligações entre as disciplinas. Utilizamos atualmente estratégias interdisciplinares a partir de seminários temáticos e outros momentos que estão sendo pensados estrategicamente. Os seminários fazem parte do Projeto de Pesquisa registrado na PROPP/UFMS: "A Universidade na formação de professores e pesquisadores Interdisciplinares: a arte como eixo articulador". Tais ações procuram alargar mais o campo da pedagogia sobre a pesquisa, buscando saber como se constroem, vivenciam e compreendem um processo de formação de professores sob uma ótica interdisciplinar. Os diálogos representam a possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências acadêmicas entre si, como também delas com a realidade social.

A ação educativa interdisciplinar permite a relação de vivências e conhecimentos. A transversalidade abre possibilidade para a complexidade, ampliando a forma de organização do pensamento e das vivências atitudinais e sociais. Na Universidade, para que floresça o projeto pedagógico interdisciplinar, suscita-se a superação da dicotomia ensino/pesquisa e, para Fazenda, há que se transformar a sala de aula dos cursos de graduação em locais de pesquisa e a ousadia maior está em estabelecer uma parceira com os alunos. (FAZENDA, 1991, p. 18).

Para tal tarefa julgamos imprescindível a articulação entre teoria e prática como parte integrante do processo de formação entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura, mediante metodologias que abarquem a integração de vários campos do conhecimento. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – afirmam acerca da interdisciplinaridade:

[...] questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles e, questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a instituição, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. (BRASIL, 1997, p.31).

Um processo que requer a aproximação sistemática entre a teoria e a prática, na concepção do presente projeto e tem como referência articuladora os componentes curriculares no tripé do Pesquisa, Ensino e Extensão. No entanto, salienta-se que para que

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 11
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 522

haja a interdisciplinaridade em junção ao ensino de qualidade faz-se necessário que o educador seja comprometido com essa nova prática pedagógica.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

As discussões acadêmicas estão sendo realizadas nas reuniões pedagógicas, no Colegiado do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UFMS/CPAQ e temos avançado com estudos e propostas dentro do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Temos considerado, entre outros aspectos, a legislação educacional que aponta para os seguintes critérios orientadores: a realidade dos destinatários da Educação Básica; a função social do ensino, considerando a dimensão social, interpessoal, pessoal e profissional, tendo a sala de aula como espaço de construção de conhecimentos, de vivências que despertem a consciência crítica cidadã e democrática; a seleção e organização dos conteúdos a partir de uma visão globalizadora e de uma proposta metodológica que possibilite a compreensão e a ação na complexidade; a relação dos conteúdos a partir de eixos integradores que possibilitem não só a interdisciplinaridade, mas a transversalidade (ZABALA, 2002, p. 36-56).

Nesta construção o currículo vai além da concepção de estrutura fragmentária de conteúdos da aprendizagem, de métodos didáticos e de avaliações fixadas. Em tal perspectiva, a concepção de disciplina tem sido pensada a partir dos princípios e valores nas condições estruturais e os meios necessários para o bom funcionamento do curso. Além disto, estão contempladas a estrutura curricular do curso e as ementas de cada componente curricular, assim como uma bibliografia básica.

Em suma tratamos de metodologias e estratégias que possibilitam condições para que o processo de construção do conhecimento e todas as vivências educativas considerem a relação pedagógica entre os sujeitos do processo, no entendimento e aceitação das diferenças, permitindo que docentes e discentes sejam parceiros e protagonistas de um projeto de sociedade que já tem a escola como importante lugar de vivência. A partir daí a relação entre a aprendizagem e a avaliação como parte do processo de construção e de reconstrução do currículo pode assegurar a criticidade epistemológica dinâmica e dialética e criar instrumentos que impeçam da ação educativa se fechar em esquema mecanicista e racionalista.

Ainda temos muito a perseguir, mas prezamos por um plano de ação coletivo (alunos, professores) sob os olhares investigativos, compreendendo e descobrindo como se desenvolve a formação do sujeito, enquanto ser social, a partir das relações nas múltiplas linguagens históricas existentes no interior do espaço educativo utilizando de conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local, para explicar o contexto em que está inserida a cultura pantaneira, bem como as relações entre o contexto social e a educação; refletindo sobre a própria prática e analisando o efeito das ações propostas de forma aprimorá-las, avaliar seus resultados e sistematizar encaminhamentos a respeito; por fim elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para tal percurso avaliamos a aprendizagem escolar dos ingressantes no curso, de modo a detectar possibilidades e obstáculos e, formular propostas de intervenção pedagógica voltadas para o desenvolvimento de todos.

Considerados os aspectos acima a Licenciatura em Pedagogia/CPAQ se propõe a atender as necessidades e urgências da realidade social e cultural da diversidade pantaneira nos ambientes escolares e não-escolares, seguindo as competências necessárias ao profissional de acordo com as Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura – Resolução CNE/CP nº01, de 15 de maio de 2016.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O Licenciado em Pedagogia deverá ser um profissional com perfil de pesquisador crítico-reflexivo habilitado a atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de Julho 2015), o(a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 523

justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos educandos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade certa;

III - compreender, cuidar e educar crianças, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

XIV - respeitar as diversidades culturais e as diferenças, aplicando os conhecimentos teórico-práticos, adquiridos durante o curso, no trabalho pedagógico com pessoas pertencentes à diferentes grupos sociais, culturais e aquelas com necessidades educacionais especiais, com ênfase àquelas com deficiência

XV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

XVI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

Os professores indígenas e/ou aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo, educação ribeirinha e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

- atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 524

5.5. OBJETIVOS

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

• Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação;

• Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

• Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

• Identificar problemas socioculturais e educacionais, locais e regionais, e propor encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para o movimento de inclusão social.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

O curso de Pedagogia-Licenciatura privilegiará metodologias ativas de ensino, fazendo uso intensivo das ferramentas de Comunicação e Informação disponíveis.

As atividades propostas pelos docentes deverão cobrir um espectro amplo de modo a contemplar as particularidades dos estudantes, principalmente os estudantes que são o público alvo da Educação Especial (declarados ou não). Deste modo, as seguintes metodologias de ensino poderão ser utilizadas (de forma isolada ou em conjunto em Atividades de Ensino):

1. Aula Expositiva, usada preferencialmente para a apresentação de grandes temas, abertura das Unidades de Ensino, ou para fechamento das Unidades de Ensino;
2. Trabalhos em grupo, usados preferencialmente para o desenvolvimento das Unidades de Ensino, nas etapas de coleta de informações e sua análise;
3. Estudos Dirigidos individuais, para aprofundamento de temas complexos;
4. Projetos (individuais ou em grupo), usados preferencialmente para o desenvolvimento de temas que envolvem várias (senão todas) as unidades da Atividade de Ensino e que exigem o pensamento criativo e a capacidade de Análise;
5. Seminários apresentados pelos alunos como forma de socialização dos resultados obtidos em outras Atividades;
6. Grupos de Discussão, para a discussão de temáticas pertinentes à Atividade de Ensino;
7. Colóquios com especialistas, para discussão das relações entre os conteúdos desenvolvidos nas Atividades de Ensino e o espaço externo ao ambiente formador;
8. Estudos de Caso, usados para a discussão de situações do mundo do trabalho e sua relação com os conteúdos curriculares;
9. Discussão de Filmes, usados para contextualizar os conhecimentos adquiridos na Unidade de Ensino;
10. Dramatizações (sob forma teatral ou filme) usadas como forma de problematização dos conteúdos desenvolvidos na Unidade de Ensino;
11. Leitura de artigos científicos pertinentes, usada para relacionar os conteúdos desenvolvidos na Unidade de Ensino e o desenvolvimento científico da área educacional;
12. Entrevistas.
13. Poderão ser ofertadas disciplinas no regime de EAD, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total das disciplinas. As avaliações das disciplinas ofertadas nesta modalidade serão realizadas de forma

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 14

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 525

presencial, dinâmica utilizando de vários instrumentos avaliativos. A oferta das disciplinas previstas deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de monitoria.

5.7. AVALIAÇÃO

Os instrumentos de avaliação poderão ser baseados em aspectos tais como:
Serão avaliados, diariamente, os seguintes aspectos:
- Participação;
- Interesse;
- Assiduidade;
- Pontualidade;
- Organização;
- Competência na realização dos trabalhos solicitados;
- Avaliação Escrita;
- Oralidade;
- Postura;
- Relacionamento com os colegas e a professora;
- Responsabilidade;
- Habilidades.
- Apresentação de Trabalho;
- Seminário;
- Integração e interação entre Professor e Aluno.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Centro Acadêmico ou em eleição direta coordenada pelos estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 526

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Regulamentado pela Resolução nº 167/2010 , Coeg, o Núcleo Docente Estruturante será composto pelo Presidente do Colegiado de Curso, que presidirá o Núcleo, e por, pelo menos, quatro docentes pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, que ministram aula no curso; o Diretor de Centro/Câmpus ou Faculdade será responsável pela constituição do NDE, por meio de Instrução de Serviço, que terá um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

O NDE deverá contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, entre outras atribuições, e deverá reunir-se duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado ou pela maioria de seus membros, sendo todas as reuniões lavradas em ata, para efeito de acompanhamento e histórico das ações do Núcleo.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o Art. 52. Do Estatuto da UFMS o Coordenador de Curso de Graduação será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos e pelos alunos nele matriculados, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser professor, preferencialmente com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou pós-graduação **stricto sensu**, correspondente às finalidades e aos objetivos do curso, lotado na Unidade da Administração Setorial de oferecimento do curso.

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

O curso de Pedagogia-Licenciatura se organiza na forma prescrita pelo Regimento Geral da UFMS. Lotado no *Campus* de Aquidauana, dele utiliza a infraestrutura física, de pessoal e os espaços disponíveis.

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2017. Disponível pelo link: https://www.ufms.br/manual-de-competencias/.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema (Siscad) permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Divisão de Controle Escolar (Dice), divisão subordinada à Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau. A referida ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada fisicamente para eventual posterior comprovação.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante à instituição, o processo volta para a Secretaria Acadêmica (Secac) de origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 527

- Histórico Escolar do acadêmico em todo o curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no curso comparando seu desempenho individual com a média geral do curso.

Foi disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades Setoriais, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Secretarias Acadêmicas, que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Secretaria de Apoio Pedagógico, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários as reuniões dos colegiados de curso, providenciar a publicação dos atos homologados nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do curso, bem como, distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo colegiado de curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do PPC para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

Temos ainda a biblioteca que possui funconários nos três turmos para atender a demanda, suporte a informática com apenas um funcionário para todo Campus e o Laboratório de informática com três funcionários.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A UFMS, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES/RTR, visa o planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes. Estão vinculadas a ela duas coordenadorias: Coordenadoria de Integração e Assistência Estudantil e Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão.

Coordenadoria de Integração e Assistência Estudantil/CIAE/PROAES: Suas unidades subordinadas são:

Divisão de Assistência ao Estudante/DIASE/CIAE/PROAES: É a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil.

Divisão de Acolhimento e Vivência Estudantil/DIAVE/CIAE/PROAES: É a unidade responsável pelo acolhimento e atendimento aos estudantes quanto aos programas e ações assistenciais.

Divisão de Integração Estudantil/DIIES/CIAE/PROAES: É a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária bem como pela articulação com instituições de representação discente visando à permanência e qualidade de vida.

Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão/CDPI/PROAES: Suas unidades subordinadas são:

Divisão de Desenvolvimento Profissional/DIDEP/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos a estágio. É composta por duas seções:

Seção de Estágio/SEEST/DIDEP/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pelo acompanhamento dos acordos de cooperação para estágios obrigatórios e não obrigatórios bem como dos termos de compromisso para estágios em geral.

Seção de Acompanhamento de Egressos/SEAEG/DIDEP/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pelo acompanhamento profissional de alunos egressos da UFMS e a sua

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 528

inserção no mercado de trabalho.

Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas/DIAAF/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade ações afirmativas visando à inclusão dos estudantes na UFMS. É composta por duas seções:

Seção de Acessibilidade/SEACE/DIAAF/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS.

Seção de Ações Afirmativas/SEAFI/DIAAF/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam politicas afirmativas na UFMS.

Divisão de Saúde e Alimentação Estudantil/DISAE/CDPI/PROAES: É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde e alimentação dos estudantes da UFMS.

Entre os serviços prestados pela PROAES estão os de acessibilidade, auxílio alimentação e RU (restaurante universitário), bolsa permanência, bolsas projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, brinquedoteca, programa institucional de nivelamento (pró-nível), atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, Incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem, ainda, outras bolsas na UFMS que estimulam a sua participação em ações de ensino, pesquisa e extensão: bolsas de extensão, bolsas meritórias do programa institucional de nivelamento, bolsa de iniciação à docência, bolsas de monitoria de ensino de graduação, programa de educação tutorial, programa de melhoria das condições de estudos e permanência de acadêmicos de graduação e bolsas de iniciação científica.

No âmbito de cada Campus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento ao acadêmico promovida pela PROAES/RTR, tem-se a Secretaria de Apoio para Assuntos Estudantis/SECAE, que é a unidade responsável pela orientação, apoio, execução e acompanhamento das atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais, relacionadas ao corpo discente nos Câmpus.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte/PROECE/RTR é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte na Universidade.

A PROPP, Pró-Reitoria ligada à pesquisa e pós-graduação no âmbito da UFMS, oferece mediante edital anual, vagas aos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e bolsas de iniciação científica aos acadêmicos que se inscrevem para essa atividade, mediante elaboração de um plano de trabalho vinculado a um projeto de pesquisa coordenado por um docente do curso.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos alunos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado À Seção de Psicologia, na Unidade Setorial, ou diretamente à PROAES para o atendimento psicológico e outras providências.

Não obstante, a coordenação do curso tem mantido um diálogo assíduo com o corpo discente, que tem um assento no colegiado do curso. As questões referentes ao planejamento do curso são apresentadas e discutidas com os alunos no início de cada semestre e, nesta oportunidade, a coordenação do curso apresenta um calendário anual/semestral das atividades a serem desenvolvidas pelo curso, bem como um calendário dos principais eventos de extensão que serão realizados em nível regional e nacional.

Quanto à questão pedagógica, a coordenação do curso possui horário definido para atendimento aos alunos, seja para discutir problemas do curso, orientar quanto a vida acadêmica e leituras, ou elaborar propostas conjuntas.

Cumpre ressaltar que a matriz curricular do presente projeto pedagógico apresenta um Núcleo de Aprofundamento específico para que os egressos do curso tenham conhecimento mínimo para lidar no ambiente escolar com portadores de necessidades especiais, por meio das disciplinas Língua Brasileira de Sinais:Noções de Libras e

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 529

Fundamentos da Educação Especial.

O Campus de Aquidauana desenvolverá mecanismos de nivelamento para o seu conjunto de cursos de graduação, sendo prioritário o oferecimento de Programa de Leitura e Produção Textual, haja vista ser esta a principal lacuna formativa a ser sanada para garantir o adequado acompanhamento do curso.

Por fim, no primeiro ano, o acompanhamento dos egressos é realizado via secretaria acadêmica na oportunidade em que o/a discente ali se dirige com vistas à retirada de diploma e responde a questionário em livro próprio. Nos três anos seguintes, deve ser feito pela coordenação do curso mediante a utilização de questionário, aplicado anualmente via e-mail.

O *Campus* de Aquidauana tem se inserido na discussão e solução das demandas das pessoas com necessidades especiais, buscando a discussão das especificidades em um dos Núcleos de Aprofundamento previsto na matriz curricular deste Projeto Pedagógico e através do IIº Fórum de Educação Especial.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
NÚCLEO DE ESTÁGIO	
Estágio Obrigatório na Educação Infantil I	85
Estágio Obrigatório na Educação Infantil II	85
Estágio Obrigatório na Educação Profissional e Ambientes Não Escolares	68
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	85
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	
Currículo e Ensino	68
Dificuldades de Aprendizagem e Psicomotricidade	68
Educação das Relações Étnico-raciais	51
Educação de Jovens e Adultos	68
Educação do Campo	34
Educação Escolar Indígena	68
Estudo de Libras	68
Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	68
Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática	68
Fundamentos e Práticas da Alfabetização	68
Fundamentos e Práticas da Educação Infantil	85
Fundamentos e Práticas da Literatura Infantil	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da Expressão Musical e Corporal	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da Geografia	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da História	68
Fundamentos e Práticas do Ensino das Artes Visuais	68
Fundamentos e Práticas do Ensino de Ciências	68
Leitura e Produção de Texto	68
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	85

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 530

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	
Tecnologias Educacionais	68
NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL	
Didática	85
Educação Brasileira	68
Educação Contemporânea	68
Estudos de Gênero na Educação	34
Fundamentos da Educação Especial	68
Fundamentos Históricos e Filosóficos	68
Gestão Escolar	68
Língua Portuguesa para Surdos	68
Metodologia Científica	68
Metodologia da Pesquisa em Educação	34
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68
Psicologia da Educação	68
Sociologia da Educação	68
NÚCLEOS DE APROFUNDAMENTO	
Para o acadêmico integralizar a Carga Horária do Curso de Pedagogia – Licenciatura/CPAQ deverá escolher um dos Núcleos de Aprofundamento a seguir relacionados e cursar as disciplinas que o compõe, perfazendo um total de 289 horas do núcleo escolhido, a ser cursado no 8º semestre do curso.	
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	
Currículo e a Educação Especial	68
Estágio Obrigatório em Educação Especial	85
Políticas Públicas em Educação Especial	68
Práticas Pedagógicas em Educação Especial	68
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO EM LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	
Cotidiano e Organização do Trabalho na Alfabetização	68
Laboratório de Aplicação de Atividades de Letramento e Alfabetização	85
Letramento e Literatura Infantil	68
Linguística e seus Fundamentos no Processo de Alfabetização	68
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 204 horas em disciplinas complementares optativas do rol elencado e/ou disciplinas de outros cursos, concluindo-as até o oitavo semestre. O acadêmico pode, também, cursá-las em qualquer unidade da administração setorial (Art. 30 da Resolução 269, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 1º de agosto de 2013).	
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	51
Brinquedoteca Hospitalar	51
Classe Hospitalar	68
Culturas Lúdicas Formativas Regionais	34
Desenvolvimento Humano na Contemporaneidade	68

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 20

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 531

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 204 horas em disciplinas complementares optativas do rol elencado e/ou disciplinas de outros cursos, concluindo-as até o oitavo semestre. O acadêmico pode, também, cursá-las em qualquer unidade da administração setorial (Art. 30 da Resolução 269, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 1º de agosto de 2013).	
Diferença, Diversidade e Direitos Humanos	68
Ecologia e Meio Ambiente	68
Educação e Cultura	34
Educação para Populações Específicas: do Campo, Indígena, Quilombola e Outras Experiências de Ensino no Brasil Contemporâneo	68
Ensino de Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	68
História da Arte	68
Lexicografia Pedagógica: Teoria e Prática	68
O Hospital e os Trabalhos Multidisciplinares	68
Orientação Profissional	68
Pedagogia Hospitalar	68
Pesquisa em Educação e Saúde	68
Práticas de Materiais Didáticos para Hospitais	68
Práticas Educativas e Pedagógicas no Ambiente Hospitalar	51
Práticas Integradoras para Formação Docente	68
Profissão Docente e Saúde Mental do Professor	68
Psicologia Ambiental	68
Psicologia e Diversidade Humana	68
Psicologia e Morte	68
Teatro e Dança na Educação	34

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	204
II (AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	102
IV (TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2018/1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Didática	68		17			85
Fundamentos Históricos e Filosóficos	68					68
Leitura e Produção de Texto	68					68
Metodologia Científica	68					68

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 21
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 532

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	68		17			85
SUBTOTAL	340	0	34	0	0	374
2º Semestre						
Currículo e Ensino	51		17			68
Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática	51		17			68
Fundamentos e Práticas do Ensino da Expressão Musical e Corporal	34		34			68
Psicologia da Educação	68					68
Sociologia da Educação	68					68
SUBTOTAL	272	0	68	0	0	340
3º Semestre						
Educação Contemporânea	68					68
Fundamentos da Educação Especial	51		17			68
Fundamentos e Práticas da Educação Infantil	51		34			85
Fundamentos e Práticas do Ensino de Ciências	51		17			68
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68					68
SUBTOTAL	289	0	68	0	0	357
4º Semestre						
Dificuldades de Aprendizagem e Psicomotricidade	51		17			68
Educação Brasileira	68					68
Estudos de Gênero na Educação	34					34
Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	68					68
Gestão Escolar	51		17			68
Metodologia da Pesquisa em Educação	34					34
SUBTOTAL	306	0	34	0	0	340
5º Semestre						
Educação das Relações Étnico-raciais	34		17			51
Educação de Jovens e Adultos	51		17			68
Educação do Campo	34					34
Estágio Obrigatório na Educação Infantil I	85					85
Fundamentos e Práticas da Alfabetização	68					68

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 533

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
5º Semestre						
Tecnologias Educacionais	51		17			68
SUBTOTAL	323	0	51	0	0	374
6º Semestre						
Educação Escolar Indígena	51		17			68
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I		85				85
Fundamentos e Práticas do Ensino da Geografia	51		17			68
Fundamentos e Práticas do Ensino da História	51		17			68
Fundamentos e Práticas do Ensino das Artes Visuais	34		34			68
SUBTOTAL	187	85	85	0	0	357
7º Semestre						
Estágio Obrigatório na Educação Infantil II	85					85
Estudo de Libras	51		17			68
Fundamentos e Práticas da Literatura Infantil	34		34			68
Língua Portuguesa para Surdos	51		17			68
SUBTOTAL	221	0	68	0	0	289
8º Semestre						
Estágio Obrigatório na Educação Profissional e Ambientes Não Escolares	68					68
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85					85
SUBTOTAL	153	0	0	0	0	153
NÚCLEOS DE APROFUNDAMENTO						
Disciplinas de Núcleos de Aprofundamento (Carga Horária Mínima)						289
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	289
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						204
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	204
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						204

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 23
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 534

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	272
TOTAL	2091	85	408	0	0	3349

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
NÃO SE APLICA	

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2017/2	CH	**Em vigor a partir de 2018/1**	CH
Atividades Complementares	200	I (Acs-nd) Atividades Complementares	204
Cotidiano e Organização do Trabalho Pedagógico na Alfabetização	68	Cotidiano e Organização do Trabalho na Alfabetização	68
Currículo e a Educação Especial	68	Currículo e a Educação Especial	68
Currículo e Ensino	51	Currículo e Ensino	68
Didática	51	Didática	85
Dificuldades de Aprendizagem e Psicomotricidade	85	Dificuldades de Aprendizagem e Psicomotricidade	68
Educação Brasileira	85	Educação Brasileira	68
Educação Contemporânea	51	Educação Contemporânea	68
Educação de Jovens e Adultos	51	Educação de Jovens e Adultos	68
Educação do Campo	34	Educação do Campo	34
Educação Escolar Indígena	51	Educação Escolar Indígena	68
Educação Moderna	68	Sem Equivalência	
Estágio Obrigatório em Educação Especial	85	Estágio Obrigatório em Educação Especial	85
Estágio Obrigatório na Educação Infantil I	85	Estágio Obrigatório na Educação Infantil I	85
Estágio Obrigatório na Educação Infantil II	85	Estágio Obrigatório na Educação Infantil II	85

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 24

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 535

Em vigor até 2017/2	CH	**Em vigor a partir de 2018/1**	CH
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	85	Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	85
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85	Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85
Estudos de Gênero na Educação	34	Estudos de Gênero na Educação	34
Fundamentos da Educação Especial	51	Fundamentos da Educação Especial	68
Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	68	Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	68
Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática	68	Fundamentos e Prática do Ensino da Matemática	68
Fundamentos e Práticas da Alfabetização	68	Fundamentos e Práticas da Alfabetização	68
Fundamentos e Práticas da Educação Infantil	85	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil	85
Fundamentos e Práticas da Literatura Infantil	68	Fundamentos e Práticas da Literatura Infantil	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da Expressão Musical e Corporal	51	Fundamentos e Práticas do Ensino da Expressão Musical e Corporal	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da Geografia	68	Fundamentos e Práticas do Ensino da Geografia	68
Fundamentos e Práticas do Ensino da História	68	Fundamentos e Práticas do Ensino da História	68
Fundamentos e Práticas do Ensino das Artes Visuais	68	Fundamentos e Práticas do Ensino das Artes Visuais	68
Fundamentos e Práticas do Ensino de Ciências	68	Fundamentos e Práticas do Ensino de Ciências	68
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação I ; Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II	68 68	Fundamentos Históricos e Filosóficos	68
Laboratório de Aplicação de Atividades de Letramento e Alfabetização	85	Laboratório de Aplicação de Atividades de Letramento e Alfabetização	85
Leitura e Produção de Texto	51	Leitura e Produção de Texto	68
Letramento e Literatura Infantil	68	Letramento e Literatura Infantil	68
Língua Brasileira de Sinais: Noções Básicas	51	Estudo de Libras	68
Língua Portuguesa	51	Sem Equivalência	
Linguística e seus Fundamentos no Processo de Alfabetização	68	Linguística e seus Fundamentos no Processo de Alfabetização	68
Matemática Elementar	51	Sem Equivalência	
Metodologia Científica	51	Metodologia Científica	68
Metodologia da Pesquisa em Educação	34	Metodologia da Pesquisa em Educação	34
Planejamento e Projetos Educacionais	34	Sem Equivalência	
Políticas Educacionais ; Organização da Educação Básica	68 51	Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 25

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 536

Em vigor até 2017/2	CH	**Em vigor a partir de 2018/1**	CH
Políticas Públicas em Educação Especial	68	Políticas Públicas em Educação Especial	68
Práticas Pedagógicas em Educação Especial	68	Práticas Pedagógicas em Educação Especial	68
Psicologia da Educação	51	Psicologia da Educação	68
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	85	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	85
Sem Equivalência		Estágio Obrigatório na Educação Profissional e Ambientes Não Escolares	68
Sem Equivalência		Gestão Escolar	68
Sem Equivalência		Língua Portuguesa para Surdos	68
Sem Equivalência		Educação das Relações Étnico-raciais	51
Sociologia	51	Sem Equivalência	
Sociologia da Educação	51	Sociologia da Educação	68
Tecnologias Educacionais	51	Tecnologias Educacionais	68
Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Trabalho de Conclusão de Curso III	34 34 34	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Pedagogia - Licenciatura estão lotadas no Câmpus de Aquidauana.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: Concepções e princípios básicos da avaliação e da aprendizagem. Funções e características da avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Sistemas de Avaliação Bibliografia Básica: Haydt, R. C. Causax. Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem. São Paulo. 6. Ed. Sp, Atica.2002 – 2008 Melchior, Maria Celina. Avaliação Pedagógica; Função e Necessidade. Porto Alegre, 1999. Bicudo, Maria Aparecida Viggigiani; Junior, Celestino Alves da Silva. Formação do Educador e Avaliação Educacional. São Paulo: Unesp, 1999. Bibliografia Complementar: Luckesi, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na Escola: Reelaborando e Recriando a Prática. Salvador: Malabares, 2005. _____. Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições. Cortez Editora, 2014. Luckesi, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na Escola: Reelaborando e Recriando a Prática. Salvador: Malabares, 2005. Hoffman, J. Avaliação Mediadora. Porto Alegre Rs: Editora Mediação, 1993.

- BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: Bases teóricas da educação lúdica. A ludicidade na educação e no desenvolvimento. O lúdico direcionado as atividades de aprendizagem. A função educacional da ludicidade e o papel do jogo, do brinquedo e a brincadeira. O brincar e

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 537

o educar. O porquê do brincar no hospital. A Segurança do brincar, do brinquedo, brincadeira. Confecção de brinquedos. Bibliografia Básica: Rau, Maria Cristina Trois Dorneles. a Ludicidade na Educação: Uma Atitude Pedagógica. 2 Ed. Curitiba: Ibpex, 2011 Pecoraro, Patrícia; Saggese, Dora; Mittempergher, Rita. Brinquedoteca Terapêutica Senninha - um Projeto Pioneiro na Área de Humanização Hospitalar. Revista Equilibrio & Vida. Moreira Jr. Editora, 2008, P. 10-13Friedman, Adriana Et Al. o Direito de Brincar: a Brinquedoteca. 4. Ed. São Paulo: Scrita, 1996. Bibliografia Complementar: De Paula, Ercília Maria Angeli Teixeira; Foltran, Elenice Parise. Brinquedoteca Hospitalar: Direito das Crianças e Adolescentes Hospitalizados. Revista Conexão Uepg, V. 3, N. 1, P. 20-23, 2007 Cunha, Nylse Helena Silva. o Significado da Brinquedoteca Hospitalar. In: Brinquedoteca Hospitalar: Isto É Humanização, V. 2, P. 71-74, 2007. Nogueira. Wellington. o Triunfo da Alegria na Adversidade, por Meio de Encontros entre Crianças e Palhaços nos Hospitais. In: Assumpção Junior, Francisco Baptista; Kuczynnski, Everlin (Org). Qualidade de Vida na Infância e na Adolescência: Orientações para Pediatra e Profissionais da Saúde Mental. Porto Alegre: Artmed, 2010. P. 397-402.

- CLASSE HOSPITALAR: Princípios e fundamentos. Organização e funcionamento. Aspectos físicos do espaço, das instalações e dos equipamentos. Processo de integração com a escola. Processo de integração com o sistema de saúde. Adaptações e flexibilizações curriculares. Bibliografia Básica: Brasil. Ministério da Educação. Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Mec; Seesp, 2002 Castro. Marleisa Zanella De. Escolarização Hospitalar: Desafios e Perspectivas. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009. P. 35-51Andrade, Janaina Cordeiro De. Educação um Direito Interrompido? In: In: Matos, Elizete Lúcia Moreira (Org). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humanizar. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009. Bibliografia Complementar: Behrens, Marilda Aparecida. Caminhos da Escolarização Hospitalar para Uma Visão da Complexidade. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009. P. 09-20 Assis, Walkíria De. Classe Hospitalar: um Olhar Pedagógico Singular. São Paulo, Editora Phorte, 2009. Fonseca, Eneida Simões Da. Atendimento Pedagógico-educacional para Crianças e Jovens Hospitalizados: Realidade Nacional. Mec/inep, 1999.

- COTIDIANO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ALFABETIZAÇÃO: Organização do trabalho didático em alfabetização: observação, prognóstico, diagnóstico e planejamento. Práticas de alfabetização: métodos, metodologia, tecnologia, conteúdo e avaliação. A relação educativa conforme a ocupação de tempo e espaço físico. O papel do professor no processo de alfabetização e letramento. Confecção de material didático-pedagógico. Bibliografia Básica: Gontijo, Claudia Maria Mendes. Alfabetização: a Criança e a Linguagem Escrita. Campinas, Sp: Autores Associados, 2003. 155 P. (Coleção Educação Contemporânea). Soares, Magda. Alfabetização e Letramento. [6. Ed.]. São Paulo, Sp: Contexto, 2014, 2015. 123 PFerreiro, Emília. Alfabetização em Processo. 11. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1996. 144 P. Bibliografia Complementar: Silva, Ademar Da. Alfabetização: a Escrita Espontânea. São Paulo, Sp: Contexto, 1991. 98 P. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa). Fontana, Roseli. A. Cação. Mediação Pedagógica na Sala de Aula. Campinas: Autores Associados, 1996. Gandin, Danilo; Cruz, Carlos Henrique Carrilho. Planejamento na Sala de Aula. 11. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. 108 P.

- CULTURAS LÚDICAS FORMATIVAS REGIONAIS: A cultura lúdica infantil. O papel dos brinquedos, brincadeiras e jogos na infância. História e origem das brincadeiras no Brasil. A função da ludicidade no desenvolvimento infantil. Culturas lúdicas regionais. Práticas lúdicas nas instituições de ensino. Bibliografia Básica: Forqui, Jean-claude. Escola e Cultura: as Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993 Huizinga, Johan. Homo Ludens: o Jogo Como Elemento da Cultura. São Paulo, Sp: Perspectiva, 1971. Kishimoto, Tizuko Morchida (Org.). Jogo,

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 538

Brinquedo, Brincadeira e a Educação. São Paulo, Cortez, 2005. Bibliografia Complementar: Friedman, Adriana. a Arte de Brincar: Brincadeiras e Jogos Tradicionais. 6.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009 Kishimoto, T. M. o Brincar e suas Teorias. São Paulo: Pioneira, 2003. Ferreira, Franchys Marizethe Nascimento Santana; Bueno, Helen Paola Vieira; Beck, Marta Costa. Pantanal: Perspectivas Históricas e Culturais. Campo Grande, Ms: Ufms, 2012.

- CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: A construção das bases didáticas e organizativas do currículo em educação especial (didática especial, adaptações e flexibilizações). Planejamento curricular e centralidade nas deficiências. Bibliografia Básica: Silva, Fabiany de Cássia Tavares. **Currículo em Educação Especial:** Algumas Notas de Análise. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 62 P. Isbn 978-85-7613-359-9. Urquizar, N. L. e Martinez, T. S. o Currículo e as Necessidades Educativas Especiais - as Adaptações Curriculares Individuais. In. Royo, Angeles Lou & Urquizar, Natividad López. Bases Psicopedagógicas da Educação Especial. Ed: Vozes, 2012. P. 57 - 79. Sacristán, J. G. o Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Ferreiro, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1987. 103 P. (Polêmicas do Nosso Tempo ; 17). Bibliografia Complementar: Mendes, G. M. L.; Silva, F. de C. T. Currículo e Conhecimento Escolar na Contemporaneidade: Desafios para a Escolarização de Sujeitos com Deficiência. Dossiê Educação Especial: Diferenças, Currículo e Processos de Ensino e Aprendizagem, V. 22, N. 80, Ago. 2014. Disponível Em: Http://epaa.asu.edu/ojs/article/viewfile/1668/1324 Hass, Clarissa & Baptista, Claudio Roberto – Currículo e Educação Especial: Uma Relação de (Re) Invenção Necessária a Partir das Imagens-narrativas dos Cotidianos Escolares. Florianópolis. Ufsc. 2015. Disponível Em: Http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-4199.pdf Effgen, A. P. S. Educação Especial e Currículo Escolar: Possibilidades nas Práticas Pedagógicas Cotidianas. 2011. 221 F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível Em: Http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5671_.pdf.

- CURRÍCULO E ENSINO: O Currículo como um documento essencialmente político que tem uma concepção de homem e sociedade. Currículo e as diferentes correntes pedagógicas. Conteúdo curricular: relação entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum. Tendências curriculares atuais. Políticas curriculares dos governos federal, estadual e municipal. Análises de currículos nas instituições de ensino. Bibliografia Básica: Moreira, Antônio Flavio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. [18. Ed.]. Campinas, Sp: Papirus, 2014-2015. 192 P. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Saviani, Demerval. Escola e Democracia. Campinas, Sp: Autores Associados, 2008.Arroyo, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis/rj: Ed. Vozes, 2012. Bibliografia Complementar: Ardem, Silvana Capelli. a Construção do Currículo Humanizador na Educação Infantil: um Estudo a Partir de Experiências Concretas. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014 Silva, Tomaz Tadeu Da. Documentos de Identidade: Uma Introdução Às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Cortesão, Luiza. Educação e Exclusão: na Tensão entre a Cumplicidade e o Embargo. Visão Global, Joaçaba, V. 15, N. 1-2, P. 171-184, Jan./dez. 2012. Veiga, Ilma Passos Alencastro; Caedoso, Maria Helena Fernandes (Org.). Escola Fundamental: Currículo e Ensino. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1995. 216 P. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).Brasil. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Mec, 1998.

- DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CONTEMPORANEIDADE: Questões conceituais e metodológicas acerca do desenvolvimento humano. Períodos da vida humana, historicidade e relações psicossociais. A natureza cultural do desenvolvimento humano. Crise no desenvolvimento e a questão dos padrões de desenvolvimento. Implicações para a formação de profissionais de saúde, educação e para a pesquisa nas áreas. Bibliografia Básica: Dessen, Maria Auxiliadora e Costa Júnior, Áderson Luiz e Cols. a Ciência do Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2005 Bronfenbrenner, Urie. a Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Artmed, 2002Souza, Solange

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 28

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 539

Jobim; Pereira, Rita Marisa Ribes. Infância, Conhecimento e Contemporaneidade. In: Kramer, Sônia, Leite. Maria Isabel. Infância e Produção Cultural. Campinas: Papirus, 1998. Bibliografia Complementar: Papalia, Diane Et Al. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2013. Vigotski, L. S. o Desenvolvimento Psicológico na Infância. São Paulo: Martins Fontes, 2003La Taille, Y.; Oliveira, M.; Dantas, H. Piaget, Vygotsky, Wallon. São Paulo: Summus, 1992.

- DIDÁTICA: Trajetória histórica da didática, pressupostos teóricos: inter-relação entre educação, didática e sociedade, o processo ensino-aprendizagem. A construção da identidade do professor. Transposição didática, a teoria e a organização do trabalho pedagógico. Elaboração e execução de planejamentos nas instituições de ensino. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Luckesi, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar:** Estudos e Proposições. 15. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2003. 180 P. Isbn 85-249-0550-6. Candau, Vera Maria. Didática em Questão. 29.ed. Ed. Vozes, 2009. Libâneo, José Carlos. **Didática.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 288 P. Isbn 9788524916038. Bibliografia Complementar: Perrenoud, P. Dez Novas Competências para Ensinar. São Paulo: Artmed, 2000 Pimenta, Selma Garrido. **Didática e Formação de Professores:** Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2000. 255 P. Isbn 85-249-0652-9. Vasconcellos, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Politico-pedagogico - Elementos Metodologicos para Elaboracao e Realizacao. 11. Ed. Sao Paulo: Libertad, 2002. 205 P. (Cadernos Pedagogicos do Libertad; V. 1) Isbn 85-85819-09-3.

- DIFERENÇA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS: : A construção histórica das diferenças e sua transformação em fator de violência. A produção material e simbólica nos campos da resistência e da promoção/garantia dos direitos humanos na contemporaneidade. Bibliografia Básica: Carvalho, Ana Paula Comin de (Org.). Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia. Curitiba: Ibpex, 2012 Castells, Manuel. Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013Ramos, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. São Paulo: Saraiva, 2015. Bibliografia Complementar: Barreto Andreia; Araujo Leila; Pereira, Maria Elisabete, Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Cepesc; Brasília : Sp, 2009 Bosi, Ecléa. História e Memória – Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório de Implantação do Pndh-3. Brasília: Conselho Nacional de Direitos Humanos/governo Federal, 2015.

- DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E PSICOMOTRICIDADE: Fundamentos históricos e teóricos das dificuldades de aprendizagem e da psicomotricidade. A psicomotricidade e suas relações com o processo de escolarização. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos seis anos de idade. Aspectos e fatores psicomotores e a aprendizagem escolar. Avaliação psicomotora e identificação das dificuldades de aprendizagem. Possibilidades de intervenções no âmbito escolar. Bibliografia Básica: Bossa, Nadia Aparecida. Dificuldades de Aprendizagem: o que São? Como Tratá-las. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2007. Rosa Neto, Francisco. Manual de Avaliação Motora. Porto Alegre: Artmed,2002. Le Boulch, Jean. o Desenvolvimento Psicomotor: do Nascimento até 6 Anos. Porto Alegre, Rs: Artes Médicas,1992. Bibliografia Complementar: Levin, Esteban. a Clínica Psicomotora: o Corpo na Linguagem. Vozes, 1995. Lima, R. F. Et Al. Dificuldades de Aprendizagem: Queixas Escolares e Diagnósticos em um Serviço de Neurologia Infantil. Rev Neurociências, V. 14, N. 4, P. 185-90, 2006 Palácio, Siméia Gaspar. Avaliação do Desempenho Motor e Acadêmico de Crianças com e sem Transtorno de Déficit de Atenção/hiperatividade. 2014. Alves, Fátima. Psicomotricidade: Corpo, Ação e Emoção. Rio de Janeiro: Wak, P. 31-52, 2003.

- ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE: Relações entre sociedade e natureza, sobretudo a partir

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 540

dos campos economia, cultura, educação, política e Meio ambiente. Conceitos de Ecologia e Meio Ambiente. Interfaces entre Ecologia e Educação, na perspectiva de uma Educação Ambiental. Epistemologias ecológicas. Globalização, Desenvolvimento, Consumo e Consumismo, Sustentabilidade. O tratamento das questões ambientais em espaços educativos (formais e não formais). Possibilidades de ações transformadoras. Bibliografia Básica: Pardo Diaz, Alberto. **Educação Ambiental Como Projeto.** 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 168 P. Isbn 85-7307-962-2 . Beata, Anna Maria Bianchini Et Ali. Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. Brasil, Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais Tema Transversal, Meio Ambiente. Brasília, Mec/sef, 2002. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Carlos Walter Porto. **os (Des)Caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo, Sp: Contexto, 1989. 148 P. (Temas Atuais). Isbn 8585134402. Ruscheiinskky, Aloísio. Educação Ambiental Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. Sato, Michèle; Carvalho, Isabel Cristina de Moura (Org.). **Educação Ambiental:** Pesquisa e Desafios. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 232 P. (Biblioteca Artmed. Educação em Valores). Isbn 85-363-0518-5.

- EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A educação no Brasil: a pedagogia jesuítica. As reformas Pombalinas da instrução pública. Os pareceres de Rui Barbosa e a ação política de Benjamin Constant. A Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros. A crítica das Ciências Sociais ao "otimismo pedagógico". A redemocratização após 1945 e as lutas ideológicas pela implantação da escola pública: O Manifesto dos educadores mais uma vez convocados - 1959. Os movimentos de educação popular: a Pedagogia Libertadora. A teoria do capital humano. A ditadura militar e as Leis 5540/68 e 5692/71. Os movimentos educacionais e a redemocratização brasileira. Neoliberalismo e educação no final dos anos 1980. As transformações da educação contemporânea. Bibliografia Básica: Ferreira Jr, Amarilio. História da Educação Brasileira. Edufscar, 2010. Shigunov Neto, Alexandre. História da Educação Brasileira: do Período Colonial ao Predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais. Atlas, 2005Saviani, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 4. Ed. Autores Associados, 2014. Bibliografia Complementar: Aguilar Filho, Sidney. Educação, Autoritarismo e Eugenia: Exploração do Trabalho e Violência à Infância Desamparada no Brasil (1930-1945). Doutorado em Educação. Campinas, Unicamp, 01/06/2011. Stephanou, Maria. Histórias e Memórias da Educação no Brasil - Vol. II - Século Xix. Vozes, 2001Bastos, Maria Helena Camara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil - Vol. I - Séculos XVI – Xviii. Vozes,1999.

- EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: Crítica à educação medieval. A transição para a Modernidade: a luta para a implantação da sociedade moderna. A construção material do homem moderno e o liberalismo clássico. O pensamento pedagógico burguês nos seus fundamentos: Humanismo, Reforma e Iluminismo. A educação na transição do século XVIII para o século XIX. A expansão escolar no século XIX. A gênese da escola pública. A escola dualista e a escola única. Educação compensatória. O pragmatismo e o instrumentalismo. A universalização e as novas funções da escola pública. A educação na era dos monopólios. O pensamento neoliberal na educação contemporânea. Bibliografia Básica: Rosa, Maria da Glória. a História da Educação Através dos Textos. 13. Ed. São Paulo: Cultrix, 1999. Alves, Gilberto Luiz. a Produção da Escola Pública Contemporânea. 3. Ed. Campinas, Sp: Autores Associados, 2005 Manacorda, Mario Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000. Bibliografia Complementar: Antunes, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas. Sp: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Graciani. G. D, a Função Social da Escola Pública Brasileira: um Estudo Exploratório. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em Http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde19112015133113/publicoSaviani, D. Escola e Democracia. 36. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

- EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Concepção do tempo e espaço nas

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 541

culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Aspectos conceituais, históricos e políticos das relações étnico-raciais no Brasil. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Discussão sobre o racismo e o preconceito na sociedade e na escola. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas. Bibliografia Básica: Silva, Tomaz Tadeu da Silva (Org). Alienígenas na Sala de Aula: Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cancline, Nestor García. Diferentes, Desiguais e Desconectados. Rio de Janeiro Editora Ufrj, 2009Mclaren, Peter. Multiculturalismo Crítico. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. Bibliografia Complementar: García Canclini, Néstor. **Culturas Híbridas:** Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. Ed. São Paulo, Sp: Edusp, 2015. 385 P. (Ensaios Latino-americanos; 1). Isbn 8531403820. Brasil. Educação Antirracista: Caminhos Abertos pela Lei Federal N.º 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005 Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais.** Brasília: Secad, 2010. 256 P. Isbn 85-296-0042-8. Brasil. Resolução N.º. 1, de 17 de Junho de 2004, do Cne/mec, que "Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana"Brasil. Ministério da Educação. Superando o Racismo na Escola. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Histórico da Educação de Jovens e adultos no Brasil como modalidade de ensino (organização, currículo, programas). Direitos humanos e suas inter-relações com a educação. Bibliografia Básica: Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Gadotti, Moacir; Romão, José Eustáquio. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. Brasil. Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, 23 de Dezembro de 1996. Bibliografia Complementar: Jannuzzi, Gilberta. Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobral. São Paulo, Sp: Cortez & Moraes, 1979. 111 P. (Coleção Educação Universitária). Libaneo, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1992. Lima, Licínio C. Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. São Paulo, Sp: Cortez, 2000. 116 P. (Guia da Escola Cidadã 4).

- EDUCAÇÃO DO CAMPO: Trajetória da educação na Zona Rural: da "Educação Rural" a "Educação no Campo". Política Pública e os movimentos sociais na organização do currículo diferenciado. A desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças. A cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, respeitando o outro e o meio ambiente. Observação de um ambiente escolar localizado no Campo. Bibliografia Básica: Almeida, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Educação do Campo:** Fundamentos Filosóficos, Sociológicos, Históricos, Políticos e Econômicos: Módulo Iii. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 139 P. Isbn 978-85-7613-438-1. Brasil.ministério da Educação.secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Educação do Campo: Marcos Normativos. Brasília, 2012. Disponível Em: Http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_Educ_Campo.pdf Rodríguez, Margarita Victoria (Org.). **Educação do Campo:** Movimentos Sociais, Legislação, Políticas Públicas e Gestão Compartilhada, Módulo Iv. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 131 P. Isbn 978-85-7613-442-8. Pereira, Jacira Helena do Valle; Almeida, Rosemeire Aparecida De. **Educação No/do Campo em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2008. 254 P. (Fontes Novas). Isbn 978-85-7613-177-9. Bibliografia Complementar: Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para Educação Básica da Educação do Campo. Brasília. 2002 Disponível Em: Http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf Prazeres, M.s. C. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Brasil e na Amazônia: Bases Históricas. Revista Histedbr [On-line]. N.52. Campinas, 2013. Disponível Em:

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 31

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 542

Https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640247/7806Carvalho, M. S. Realidade da Educação do Campo e os Desafios para a Formação de Professores da Educação Básica na Perspectiva dos Movimentos Sociais. 165 Fls.tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Bahia. 2011. Disponível Em: Https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9176/1/marize%20Souza%20Carvalho.pdf.

- EDUCAÇÃO E CULTURA: O papel da cultura, da diversidade cultural e o multiculturalismo na educação. A questão das identidades, conceitos e implicações sociais. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Kuper, Adam. **Cultura:** a Visão dos Antropólogos. Bauru, Sp: Edusc, 2002. 319 P. (Coleção Ciências Sociais). Isbn 85-7460-146-2. Morais, Regis De. **Cultura Brasileira e Educacao.** Campinas: Papirus, 1989. 198 P. Isbn 85-308-0073-7 Bosi, Alfredo (Org.). **Cultura Brasileira:** Temas e Situações. 2. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 1992. 224 P. (Série Fundamentos ; 18). Isbn 850801578X. Bibliografia Complementar: Mato Grosso, Cristina. **Cultura em Questão:** Uma Reflexão sobre a Sociedade, Educação e Arte em Três Ensaios. Campo Grande, Ms: Ed. Alvorada, 2009. 100 P. (Teatro de Resistência ; Ii). Certeau, Michel De. **a Cultura no Plural.** [7. Ed.]. Campinas, Sp: Papirus, 2012. 253 P. ([Coleção Travessia do Século]). Isbn 978-85-308-0330-8. Almeida, Maria Isabel Mendes De; Eugenio, Fernanda. **Culturas Jovens:** Novos Mapas do Afeto. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2012. 239 P. Isbn 978-85-7110-944-5.

- EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: Concepções, diretrizes e políticas da Educação escolar Indígena. Compreender e viver a pluralidade cultural. Reconhecer a diversidade como patrimônio etno-cultural brasileiro. Valorizar as diversas cultural. Conhecer e refletir a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Observar o cotidiano de uma instituição escolar indígena. Preservação do contexto onde se vive. Bibliografia Básica: Urquiza, Antônio H. Aguilera (Org.). Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 334 P. Mangolim, O. Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: Viveremos por Mais 500 Anos, 1993. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: Mec/sef, 1998. Bibliografia Complementar: Ribeiro, Berta G. a Contribuição dos Povos Indígenas à Cultura Brasileira. In: Silva, Aracy Lopes; Grupioni, Luís Donisete Benzi (Org.). a Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1° e 2° Graus. Brasília: Mec/mari/unesco, 1995. Brasil. Parecer Cne/ceb Nº 14 de 18/10/1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. D.o. da União de 19/10/1999, Brasília.Henriques, R. (Org.) Educação Escolar Indígena: Diversidade Sociocultural Indígena Ressignificando a Escola. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2007. Disponível Em: Http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf.

- EDUCAÇÃO PARA POPULAÇÕES ESPECÍFICAS: DO CAMPO, INDÍGENA, QUILOMBOLA E OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE ENSINO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Diversidade sociocultural e étnica no Brasil e na região de Aquidauana (MS). Educação no/do campo: conceito, principais características, origens, legislação, movimentos políticos e pedagógicos. Educação indígena: conceito, principais características, origens, legislação, movimentos políticos e pedagógicos. Educação quilombola: conceito, principais características, origens, legislação, movimentos políticos e pedagógicos. Escolas pantaneiras: origens, história, legislação, projeto político pedagógico, principais características, realidade das escolas pantaneiras na região de Aquidauana (MS). Escolas fronteiriças/ribeirinhas/de assentamentos: origens, legislação, principais características, realidade na região do município de Aquidauana (MS). Bibliografia Básica: Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Cne/ceb Nº 5, de 22 de Junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Cne/ceb Nº 8, de 20 de Novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 543

Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para Educação Básica da Educação do Campo Resolução Número 1 de 2002. Bibliografia Complementar: Bergamaschi, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena no Século Xx: da Escola para os Índios à Escola Específica e Diferenciada. In: Bastos, Maria Helena Camara; Stephanou, Maria. Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. Iii. Petrópolis: Vozes, 2005 Arroyo, M. Políticas de Formação de Educadores (As) do Campo. Cad. Cedes Campinas, Vol. 27, N. 72, P. 115-116, Maio/ Ago. 2007Thimoteo, F.e. P. Programa Escola Pantaneira. In: Lotta, G. S. (Org.) Et Al. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

- ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: Práticas de ensino-aprendizagem em língua inglesa sob as perspectivas críticas de identidade, eventos de letramentos, discursos e gênero contemplando teorias e documentos atualizados do Ensino Fundamental I Bibliografia Básica: : Oliveira, Luciano Amaral. Aula de Inglês do Planejamento à Avaliação. São Paulo, Sp, Parábola Editorial, 2015. Rocha, Claudia Hilsdorf; Basso, Edcleia Aparecida (Org.). **Ensinar e Aprender Língua Estrangeira nas Diferentes Idades:** Reflexões para Professores e Formadores. São Carlos, Sp: Claraluz, 2008. 255 P. Isbn 978-85-88638-34-1. Rocha, Hilsdorf Claudia. Reflexões Propostas sobre Língua Estrangeira no Ensino Fundamental I – Plurilinguismo, Multiletramentos e Transculturalidade. Campinas: Sp, Pontes Editores, 2012. Bibliografia Complementar: Chaguri, Jonathas de Paula. a Importância da Língua Inglesa nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (Facinor). . 2004. Rojo, R.h.r. (Org.) Alfabetização e Letramentos Perspectivas Linguísticas. Campinas: Mercado das Letras, 1998Gimenez, T. Et Alii (Orgs), Perspectivas Educacionais e o Ensino de Inglês na Escola Pública. Pelotas: Educat, 2005.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: Planejamento e atividades de observação, participação e regência dos acadêmicos em educação especial, em instituições escolares e não-escolares: Centros de Educação Infantil e Escolas da Educação Básica (classes comuns, salas de recursos multifuncionais); Escolas Especiais e Centro de Atendimento Especializado; Atendimento domiciliar; Atendimento hospitalar; Atividades de observação e participação em empresas/órgãos que empregam pessoas com deficiência. Bibliografia Básica: Pimenta, Selma Garrido; Lima, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 7. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 296 P. (Coleção Docência em Formação. Saberes Pedagógicos). Isbn 9788524919718. Glat R. e Pletsch M. D. Estratégias Educacionais Diferenciadas para Alunos com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro, Editora Eduerj, 2013Freitas, Helena Costa Lopes De. **o Trabalho Como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios.** [9. Ed.]. Campinas, Sp: Papirus, 2014. 253 P. (Coleção Magistério : Formação e Trabalho Pedagógico). Isbn 9788530803940. Bibliografia Complementar: Gaio, Roberta; Meneghetti, Rosa Gitana Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial.** [5. Ed.]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009. 229 P. Isbn 978-85-326-3022-3. Pimenta, Selma Garrido. **o Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 6. Ed. São Paulo, Sp: Cortez Editora, 2005. 200 P. Isbn 85-249-0533-6. Silva, A. S. os Saberes Docentes para a Prática Pedagógica de Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Escola Regular. 118 F. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014. Disponível Em: Http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-silva-2014.pdf.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL I: Seleção do campo de estágio. Pesquisa documental. Coleta de dados. Entrevistas. Observação da organização didática e da prática docente. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Guerra, Miriam Darlete Seade; Almeida, Ordália Alves; Souza, Regina Aparecida Marques De. Estágio Supervisionado. Campo Grande, Ms: Ed Ufms, 2011. Pimenta, Selma Garrido. o Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 544

Prática? 7. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2006Buriolla, Marta Alice Feiten. o Estágio Supervisionado. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. Bibliografia Complementar: Araujo. Geiza Torres Gonçalves De. Estágio Supervisionado: Espaço e Tempo de Formação do Pedagogo para a Atuação Profissional. Juiz de Fora, 2010. 120 F. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. De Moraes Bianchi, Anna Cecilia; Alvarenga, Marina; Bianchi, Roberto. Manual de Orientação: Estágio Supervisionado. Cengage Learning, 2009. Silva, Anamaria Santana Da. a Professora de Educação Infantil e sua Formação Universitária. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Pimenta, Selma Garrido. o Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? 7. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2006.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL II: Planejamento: elaboração, desenvolvimento e avaliação da prática docente em educação infantil; vivências com saberes de higienização, cuidados da primeira infância e primeiros socorros. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. a Educação Infantil: Formação Pessoal e Social. Brasília: Mec/sef, 1998. Piconez, Stela C. Bartholo (Coord.). a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 5. Ed. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Referencial Curricular para Pimenta, Selma Garrido; Lima, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos. Bibliografia Complementar: Bassedas, Eulália; Huguet, Teresa; Solé, Isabel. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Artmed Editora, 2016 De Oliveira, Zilma de Moraes Ramos. Educação Infantil: Fundamentos e Métodos. Cortez Editora, 2014. Barbosa, Maria Carmen Silveira; Horn, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Artmed Editora, 2009.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AMBIENTES NÃO ESCOLARES: Observação da prática pedagógica desenvolvida na educação profissional e ambientes não escolares como (Sistema S: SENAC, SESC, SEBRAE, SENAI, SEST/SENAT), IFMS, classe hospitalar, Brinquedoteca hospitalar, ONG, PET, Abrigos, Empresas, Exercito, Policia Civil/Militar, Detran, poder judiciário, CRAS, asilos. Bibliografia Básica: Gonh, Maria da Glória. Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais. São Paulo: Cortez, 2010. Silva, Nilson Robson Guedes. Estágio Supervisionado em Pedagogia. 3.ed. Campinas, Sp: Editora Alínea, 2012. Frison, Lourdes Maria Bragagnolo. o Pedagogo em Espaços Não Escolares: Novos Desafios. Ciência. Porto Alegre: N. 36, P. 87-103, Jul./dez. 2004. Bibliografia Complementar: Gonh, Maria da Glória. Educação Não Formal e Cultura Política. 2. Ed. Cortez, 2001. Holtz, Maria Luiza Marins. Lições de Pedagogia Empresarial. Mh Assessoria Empresarial Ltda. 1999.Ribeiro, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia Empresarial: Atuação do Pedagogo na Empresa. Rio de Janeiro. Wak.2010.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: Planejamento: elaboração, desenvolvimento e avaliação da prática docente em educação infantil. Elaboração e execução de Projetos. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Pimenta, Selma Garrido; Lima, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. Ed. São Paulo, Sp: Cortez Editora, 2012-2014. 296 P. (Coleção Docência em Formação. Saberes Pedagógicos). Araújo, Carla B. Z. M. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. Bianchi, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga, Marina; Bianchi, Roberto. Manual de Orientação: Estágio Supervisionado. [4. Ed. Rev.]. São Paulo, Sp: Cengage Learning, 2009-2013. Bibliografia Complementar: Araujo. Geiza Torres Gonçalves De. Estágio Supervisionado: Espaço e Tempo de Formação do Pedagogo para a Atuação Profissional. Juiz de Fora, 2010. 120 F. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Buriolla, Marta Alice Feiten. o Estágio Supervisionado. 3. Ed. Sao Paulo: Cortez, 2001.

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 545

Medeiros, Denise Rosa. o Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia: Tensionamento entre Teoria e Prática. 177F. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, 2013.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II: Planejamento: elaboração, desenvolvimento e avaliação da prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental; a regência e sua realidade como direito elementar e humano em suas leis e diretrizes. Elaboração e execução de Projetos que incluam temas como: Educação Ambiental, Diversidade, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros. Bibliografia Básica: Bianchi, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga, Marina; Bianchi, Roberto. Manual de Orientação: Estágio Supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998 Gandin, Danilo; Cruz, Carlos Henrique Carrilho. Planejamento na Sala de Aula. 11. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. 108 P. Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular para a Educação Infantil: Formação Pessoal e Social. Brasília: Mec/sef, 1998. Bibliografia Complementar: Silva, Nilson Robson Guedes. Estágio Supervisionado em Pedagogia. 3.ed. Campinas, Sp: Editora Alínea, 2012. Araujo. Geiza Torres Gonçalves De. Estágio Supervisionado: Espaço e Tempo de Formação do Pedagogo para a Atuação Profissional. Juiz de Fora, 2010. 120 F. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Buriolla, Marta Alice Feiten. o Estágio Supervisionado. 3. Ed. Sao Paulo: Cortez, 2001.

- ESTUDO DE LIBRAS: Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Bibliografia Básica: Pereira, Maria Cristina da Cunha Et Al. **Libras:** Conhecimento Além dos Sinais. São Paulo, Sp: Pearson, 2013. 127 P. Isbn 9788576058786. Gesser, Audrei. **Libras?:** que Língua É Essa? : Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo, Sp: Parábola, 2016. 87 P. (Série Estratégias de Ensino; 14). Isbn 9788579340017. Novaes, Edmarcius Carvalho. **Surdos:** Educação, Direito e Cidadania. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Wak Ed., 2014. 183 P. Isbn 978-85-7854-087-6. Bibliografia Complementar: Soares, Maria Aparecida Leite. **a Educação do Surdo no Brasil.** Campinas, Sp: Autores Associados, 1999. 125 P. Isbn 85-85701-74-9. Salles, Heloisa Maria Moreira Lima. Brasil Secretaria de Educação Especial.; Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos (Brasil). **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos:** Caminhos para a Prática Pedagógica. Brasília, Df: Secretaria de Educação Especial, 2004. 207 P. Lacerda, Cristina B. F. De. **Intérprete de Libras:** em Atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. 7. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2015. 95 P. Isbn 9788577060474. Souza, Tanya Amara Felipe De. **Libras em Contexto:** Curso Básico, Livro do Estudante/ Cursista. Brasília: Seesp/mec, 2001. 164 P. Falcão, Luiz Albérico. **Surdez, Cognição Visual e Libras:** Estabelecendo Novos Diálogos. 2. Ed. Recife, Pe: L. A. Barbosa Falcão, 2011. 384 P.

- ESTUDOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO: O conceito de gênero e sua historicidade: gênero e movimentos feministas. Gênero: igualdade e equidade nas relações sociais. Masculinidades e feminilidade: construção da identidade. Práticas sexistas e estereótipos. A escola e as desigualdades de gênero. Gênero e trabalho docente. Gênero e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Stearns, Peter N. História das Relações de Gênero. São Paulo, Sp: Contexto, 2007 – 2010. 250 P. Lopes, Zaira de A. Meninas para um Lado, Meninos para Outro: um Estudo sobre Representação Social de Gênero de Educadores de Creche. Campo Grande: Ufms, 2000. Xavier Filha, Constantina. **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 375 P. Isbn 978-85-7613-407-7. Bibliografia Complementar: Menegat, Alzira Salete; Tedeschi, Losandro Antônio; Farias, Marisa de Fátima Lomba De. Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: um Diálogo Necessário. Dourados, Ms: Ed. Ufgd, 2009, 277 P Louro, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós Estruturalista. 3. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999Yannoulas, Silvia Cristina. Iguais Mas Não Idênticos. In: Revista Estudos

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 35

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 546

Feministas. Rio de Janeiro, N. 1, 1994.

- FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: Introdução à educação especial. Políticas públicas da educação especial no Brasil. A educação especial no contexto da educação inclusiva e as práticas pedagógicas. Observação nas instituições de ensino especializadas. Bibliografia Básica: Jannuzzi, Gilberta de Martino. a Educação do Deficiente no Brasil: dos Primórdios ao Início do Século Xxi. Campinas: Sp: Autores Associados, 2004. Ropoli, E. A. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a Escola Comum Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Fascículo 1. Disponível em Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=Com_Content&view=Article&id=17009 Royo, Angeles Lou & Urquizar, Natividad López. Bases Psicopedagógicas da Educação Especial. Ed: Vozes, 2012. Gaio, R; Meneghetti, R. G. K. (Org.). Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis: Vozes, 2004.Schlunzen, Elisa Tomoe Moriya. Práticas Pedagógicas do Professor - Abordagem Construcionista Contextualizada e Significativa para Uma Educação Inclusiva. Appris, 2016. Bibliografia Complementar: Melo A. M. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Livro Acessível e Informática Acessível. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Fascículo 8. Disponível em Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=Com_Content&view=Article&id=17009 Giacomini, Lilia. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Fascículo 7. Disponível em Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=Com_Content&view=Article&id=17009 Santoretto, M. L. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Fascículo 6. Disponível Em: Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=Com_Content&view=Article&id=17009Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: Aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. O trabalho linguístico, epilinguístico, metalinguístico e metacognitivo no processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita. Bibliografia Básica: Bortoni-ricardo, Stella Maris. Educação em Língua Materna: a Sociolinguística na Sala de Aula. 6. Ed. São Paulo, Sp: Parábola, 2009. 110 P. Bechara, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** 37. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Rio de Janeiro, Rj: Lucerna; Nova Fronteira, 2009. 671 P. Isbn 978-85-209-2318-4. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais — Língua Portuguesa. Brasília: Mec/sef, 1998. Bibliografia Complementar: Franco, Ângela. Metodologia de Ensino: Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Le/fundação Helena Antipoff, 1997. 112 P. (Coleção Apoio). Geraldi, João Wanderlei. (Org.). o Texto na Sala de Aula: Leitura e Produção. Cascavel: Assoeste, 1984. Faraco, Carlos Alberto; Tezza, Cristóvão. Pratica de Texto: Língua Portuguesa para Nossos Estudantes. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 243 P.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DA MATEMÁTICA: Tendências da Educação Matemática. O Ensino de Matemática nos documentos oficiais (Diretrizes Curriculares, Parâmetros Curriculares Nacionais). Programas e Projetos de Ensino em Matemática. Elaboração e confecção de materiais didáticos-pedagógicos. Bibliografia Básica: Panizza, M. Et Al. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: Análise e Propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006. Freitas, José Luiz Magalhães De; Bittar, Marilena. **Fundamentos e Metodologia de Matemática para os Ciclos Iniciais do Ensino**

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 36

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 547

Fundamental. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2004. 267 P. Isbn 8576130378. Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: Mec/sef, 1998. Bibliografia Complementar: Nacarato, A. M; Mengali, B.l.s.; Passos, C.l.b. a Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Tecendo Fios do Ensinar e do Aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Van de Walle, J. A. Matemática no Ensino Fundamental: Formação de Professores e Aplicação em Sala de Aula. Porto Alegre: Artmed, 2009. Cerquetti-aberkane, Francoise; Berdonneau, Catherine. Cerquetti-aberkane, Francoise; Berdonneau, Catherine. o Ensino da Matemática na Educação Infantil. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2001.porto Alegre, Rs: Artmed, 2001.Lorenzato, Sergio. para Aprender Matemática. Campinas, Sp: Autores Associados, 2006. (Coleção Formação de Professores).

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO: O sistema alfabético do português. Leitura e da escrita: concepções, fundamentos e métodos. Alfabetização e as múltiplas linguagens. Atividades de Laboratório envolvendo todos os métodos de alfabetização. Bibliografia Básica: Cagliari, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o Ba-be-bi-bo-bu. Ed. Scipione. São Paulo. 1998. Teberosky, A. e Tolchinsky, L. Além da Alfabetização. 1 Ed. São Paulo: Ática, 1997.Smolka, A. L. e Goes, C. a Linguagem e o Outro no Espaço Escolar. Papirus, 2000. Bibliografia Complementar: Ferreiro, E.; Teberosky, A. a Psicogênese da Língua Escrita. 1 Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986 Elias, D.c. de Emílio a Emília - a Trajetória da Alfabetização. São Paulo, Scipione, 2000. Brasil. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de 1ª a 4ª Séries. Brasília: Mec/sef, 1997.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepções de criança, infância/s e de educação infantil. Os precursores. Histórico e função social das instituições de Educação Infantil. Políticas públicas e Educação Infantil no Brasil. Pedagogia da Educação Infantil: bases teóricas para a construção de um projeto educacional – pedagógico. Pressupostos para a prática pedagógica na infância. Propostas pedagógicas para a educação infantil. Cotidiano da educação infantil: tempo, espaço, atividades. A formação do grupo. O papel do educador. Organização da prática pedagógica: planejamento, registro e avaliação. Educação Ambiental e Direitos Humanos para crianças. Execução de Projetos nas instituições de Educação Infantil. Elaboração de material didático-pedagógico no Laboratório de Artes e Ludicidade na Diversidade Cultural. Bibliografia Básica: Nicolau, Marieta Lúcia Machado. a Educação Pré-escolar: Fundamentos e Didática. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2000 Kramer, Sonia. com a Pré-escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular para a Educação Infantil. 11. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 1998.Drouet, Ruth Caribé da Rocha. Fundamentos da Educação Pré-escolar. 3. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 1997. Bibliografia Complementar: Azevedo, Maria Amélia; Marques, Maria Lucia. Alfabetização Hoje. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009. Carvalho, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um Diálogo entre a Teoria e a Prática. 8.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. Brasil. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília: Mec, 2000.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA LITERATURA INFANTIL: Trajetória do processo de constituição da literatura infantil em gênero literário, concepções, ética, estética e recepção. O livro, a criança e a escola: aspecto formador. Aspectos gráficos, plásticos e a linguagem dos textos de gênero. Dramatização e contação de histórias infantis. Bibliografia Básica: Arroyo, Leonardo. Literatura Infantil Brasileira. Ensaio de Preliminares para a sua História e suas Fontes. 8 Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1988. Coelho, Nelly Novaes. Panorama Histórico da Literatura Infantil/juvenil: das Origens Indo-europeias ao Brasil Contemporâneo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991Lajolo, Marisa; Usos e Abusos da Literatura na Escola: Bilac e a Literatura Escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982. Bibliografia Complementar: Rufino, C.; Gomes, W. a Importância da Literatura Infantil para o Desenvolvimento da Criança na Fase da Pré-escola. São José dos Campos: Univap, 1999. Goes, Lucia Pimentel. **Introdução a Literatura Infantil e Juvenil.** São Paulo, Sp: Pioneira, 1984. 189 P. (Manuais de Estudo). Zilberman, Regina. Literatura Infantil: História e Histórias. São Paulo: Ática, 1987.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 37

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 548

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DO ENSINO DA EXPRESSÃO MUSICAL E CORPORAL: Desenvolvimento de formas de expressão, sons, ritmos, movimentos e suas relações com os seres humanos no meio ambiente. Introdução à expressão musical através de sons, ritmos, apreciação musical e suas reações. Canto e pesquisa de sons do cotidiano. Linguagem verbal e não verbal através de expressão corporal. O simbólico e o imaginário na comunicação humana. Utilização da música como recurso para explorar temas relacionados Ao Meio Ambiente, Diversidade, Direitos Humanos, boas maneiras, dentre outros. Confecção de materiais didático-pedagógicos no Laboratório de Arte e Culturas Lúdicas na Diversidade dando ênfase ao reaproveitamento de materiais recicláveis. Bibliografia Básica: Brikman, Lola. **a Linguagem do Movimento Corporal.** [4. Ed.]. São Paulo: Summus, 1989. 111 P. Isbn 978-85-323-0346-2. Brito, T. A. Música na Educação Infantil. São Paulo: Petrópolis, 2.ed – 2003Reverbel, Olga. Oficina de Teatro. Porto Alegre: Kuarup; 1993. Bibliografia Complementar: Bennett, Roy. Elementos Básicos da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986 Jeandot, N. Explorando o Universo da Música. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008Hass, Aline Nogueira; Garcia, Ângela. Expressão Corporal: Aspectos Gerais. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DO ENSINO DA GEOGRAFIA: O espaço geográfico. Orientação, Localização, Representação do espaço geográfico. Estudo do lugar. Noções de paisagem. Observação do espaço geográfico da região. Bibliografia Básica: Stefanello, Ana Clarissa. Didática e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia. 2. Ed. Rev. e Atual. Curitiba, Pr: Ibpex, 2011. 195 P. Castellar, Sônia (Org.). Educação Geográfica: Teorias e Práticas Docentes. 3. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2011-2012. 167 PCavalcanti, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. 18. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 2011-2013. 192 P. Bibliografia Complementar: Cavalcanti, Lana de Souza. a Geografia Escolar e a Cidade: Ensaios sobre o Ensino de Geografia para a Vida Urbana Cotidiana. 3. Ed. São Paulo: Papirus, 2012 190 P. Castellar, Sônia; Vilhena, Jerusa. Ensino de Geografia. São Paulo, Sp: Cengage Learning, 2010. 161 P. Castrogiovanni, A. C. (Org.) Ensino de Geografia: Práticas e Contextualizações no Cotidiano. Porto Alegre: Mediação. 2008.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DO ENSINO DA HISTÓRIA: Noções fundamentais das ciências sociais. História e memória. A produção do conhecimento histórico. Contato com documentos. Tempo histórico. Sujeito e fato histórico. Fundamentos do Ensino de história. A socialização e o ensino de história na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A prática pedagógica e o ensino de história na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O ensino de história e os temas transversais. Bibliografia Básica: Pinsky, Jaime (Org.). o Ensino de História e a Criação do Fato. 14. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Contexto, 2009-2014 : Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: (1ª a 4ª Série), Mec, 2000Hobsbawm, Eric. sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Bibliografia Complementar: Abud, Kátia Maria; Silva, André Chaves de Melo; Alves, Ronaldo Cardoso. Ensino de História. São Paulo, Sp: Cengage Learning, 2010-2013. Abreu, Martha; Soihet, Rachel. Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Faperj, 2009Bittencourt, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 4. Ed. São Paulo: Cortez,2009- 2011.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DO ENSINO DAS ARTES VISUAIS: As artes e suas múltiplas linguagens no processo de comunicação e atribuição de sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade no universo da expressão e da imaginação criadora. Produção de materiais e visita a ambientes que retratem questões relacionadas a Arte. Bibliografia Básica: Buoro, Anamélia Bueno. Olhos que Pintam: a Leitura da Imagem e o Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 2002. Iavalberg, Rosa. para Gostar de Aprender Arte: Sala de Aula e Formação de Professores. Porto Alegre: Artmed, 2003. Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais /pcn - Arte. 3. Ed. Brasília: Mec/sef, 1998. Bibliografia Complementar: Barbosa, Ana M. a Imagem no Ensino da Arte. 4ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. Lowenfeld, V. e Brittain, W. L. Desenvolvimento da Capacidade Criadora.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 38

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 549

São Paulo: Editora Mestre. 2002. Duarte Júnior, João-francisco. **Fundamentos Estéticos da Educação.** 7. Ed. Campinas-sp: Papirus, 2002. 150 P. Isbn 85-308-0004-4.

- FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS: Concepção de Ciência, Ambiente, Tecnologia e Sociedade e suas relações. A sala de aula como espaço de produção do conhecimento sobre a natureza e sobre a ciência. Papel do ensino de Ciências no ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. A problematização como estratégia de investigação e ensino das Ciências Naturais, voltadas para os anos iniciais do ensino fundamental. A utilização de diversas fontes de informação em Ciências. Representações, concepções alternativas e mudança conceitual. Práxis em Ciências Naturais nas séries iniciais. Recursos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciências como Educação Ambiental Bibliografia Básica: Moraes, R. Ciências para as Séries Iniciais e Alfabetização. Porto Alegre. Editora Sagra, 1998 Nigro, Rogério Gonçalves. Didática de Ciências - o Ensino-aprendizagem Como Investigação. Editora Ftd. São Paulo, 1999.Delizoicov, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências. Editora Cortez, São Paulo, 1994. Bibliografia Complementar: Carvalho, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008 Braga, M.f. Metodologia de Ensino de Ciências. Editora Lé. Belo Horizonte, 1997.Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: Mec/sef,1997.

- FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS: Fontes histórico-filosóficas e pesquisa do mundo grego arcaico e clássico. A formação da sociedade e dos valores do mundo antigo. Educação grega: período arcaico e período clássico. Educação romana: a educação familial fundamental, as escolas romanas de ensino secundário e as escolas cristãs. Educação medieval: patrística, escolástica, ensino preceptorial, os monastérios. As escolas catedralícias. A educação do cavaleiro. Os usos e os costumes. Surgimento das universidades. A contribuição do mundo medieval e renascentista para a educação do homem moderno. Bibliografia Básica: Rosa, Maria da Glória De. a História da Educação Através dos Textos. São Paulo: Cultrix, 1999 Ponce, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 5. Ed., São Paulo: Cortez, 1985.Aranha, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação. 3. Ed.. Rev. e Ampl. Moderna, 2006. Bibliografia Complementar: Cambi, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo, Sp: Ed. da Unesp, 1999. 701 P. (Encyclopaidéia). Isbn 85-7139-260-9. Brandao, Ricardo Evangelista. Ordem, Beleza e Perfeição do Universo: a Filosofia da Natureza em Santo Agostinho. (Dissertação) Mestrado em Filosofia. João Pessoa, Ufpa, 01/01/2011. Anderson, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 1989. 293 P.

- GESTÃO ESCOLAR: Gestão escolar: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola. Bibliografia Básica: Miranda, Natalia Perguer. Contribuições da Organização da Gestão Escolar para a Ressignificação do Espaço Público da Escola. Mestrado em Educação. Santa Maria, Ufsm, 01/04/2011 Martins, Jose do Prado. Gestão Educacional: Uma Abordagem Crítica do Processo Administrativo em Educação. 3. Ed. Wak, 2007Monteiro, Eduardo; Motta, Artur. Gestão Escolar: Perspectivas, Desafios e Função Social. Vozes, 2013. Bibliografia Complementar: Ferreira, Naura S. Carapeto, Org. Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. 8. Ed. Cortez, 2012 Coelho, Adriano de Sales. Gestão Escolar e Inovação: Novas Tendências em Gestão Escolar a Partir das Teorias de Gestão da Inovação. Doutorado em Educação. São Paulo, Puc/sp, 01/09/2011Lück, Heloísa. Dimensões de Gestão Escolar e suas Competências. Curitiba: Editora Positivo, P. 47-69, 2009.

- HISTÓRIA DA ARTE: Trajetória da arte no Brasil: raízes históricas, filosóficas e

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 550

ideológicas como determinantes no processo de criação e expressão da cultura brasileira, mato-grossense e sul mato-grossense por meio da interação das linguagens: artes visuais, música, teatro e dança. Bibliografia Básica: Osinski, Dulce. **Arte, História e Ensino.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2002. 119 P. (Coleção Questões de Nossa Época ; 79). Isbn 85-249-0775-4. Bourdieu, Pierre. Bourdieu, Pierre. as Regras da Arte. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. São Paulo: Companhia das Letras, 1997Pellegrini, Fabio; Reino, Daniel (Org.). **Vozes das Artes Plásticas.** Campo Grande, Ms: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2013. 327 P. Isbn 978-85-63709-27-1. Bibliografia Complementar: Fusari, Maria Felisminda de Rezende E; Ferraz, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Arte na Educação Escolar.** São Paulo, Sp: Cortez, 1993. 151 P. (Coleção Magistério 2ª Grau. Série Formação Geral). Isbn 85-249-0452-6. Martins, M. C. Et Al. Didática de Ensino da Arte. São Paulo: Ftd, 1998. Ferraz, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; Fusari, Maria Felisminda de Rezende E. **Metodologia do Ensino de Arte.** São Paulo, Sp: Cortez, 1993. 133 P. (Coleção Magistério - 2º Grau. Série Formação do Professor). Isbn 85-249-0508-5.

- LABORATÓRIO DE APLICAÇÃO DE ATIVIDADES DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: Elaboração e aplicação de estratégias pedagógicas, dos conteúdos específicos em alfabetização e letramento. Realização de oficinas e dinâmicas de letramento e alfabetização. Utilização de novas tecnologias: programas de autoria e de circulação na internet. Intercâmbio com a rede escolar de Aquidauana e Anastácio. Bibliografia Básica: Carvalho, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um Diálogo entre a Teoria e a Prática. 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008 Cunha, M. I. o Bom Professor e sua Prática. 14. Ed. Campinas: Papirus, 2002Weisz, T.; Sanchez, A. o Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000. Bibliografia Complementar: Leal, T. F.; Albuquerque, E. B. C. Morais, A. G. Letramento e Alfabetização: Pensando a Prática Pedagógica. In: Brasil. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade. Brasília: Fnde, Estação Gráfica, 2006. Weisz, T.; Sanchez, A. o Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000Alonso, M. (Org.). o Trabalho Docente: Teoria & Prática. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

- LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO: Discutir as noções de texto, língua, discurso e gêneros textuais e suas inter-relações e aplicabilidade para a produção e leitura de textos. Leitura, análises e reflexões de textos envolvendo as mais variadas temáticas sobre educação, dentre eles: Educação Ambiental, Educação Infantil, Formação de Professores, dentre outros. Bibliografia Básica: Fávero, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textuais. São Paulo: Ática, 2003. Solé, Isabel. **Estratégias de Leitura.** 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 1998. 194 P. Isbn 85-7307-409-4 Kleiman, Ângela. Oficina de Leitura: Aspectos Cognitivos da Leitura. São Paulo: Pontes, 2008. Bibliografia Complementar: Koch, I. G. V. a Coesão Textual. 17 Ed. São Paulo: Contexto, 2002. Carvalho, M. C. M. Construindo o Saber: Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas. 3. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 1991. Girotto, C.; Souza, R. Ler e Compreender: Estratégias de Leitura. São Paulo: Mercado de Letras, 2010. Koch, I. G. V. a Coesão Textual. 17 Ed. São Paulo: Contexto, 2002. Machado, A. R.; Lousada, E.; Abreu-tardelli, L. S. Planejar Gêneros Acadêmicos: Escrita Científica, Texto Acadêmico, Diário de Pesquisa, Metodologia. São Paulo, Sp: Parábola, 2005-2012. 116.Machado, A. R.; Lousada, E.; Abreu-tardelli, L. S. Resenha. São Paulo: Parábola, 2012.

- LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL: Conceito e história do letramento. A relação letramento e alfabetização no contexto educacional brasileiro. Alfabetização, leitura e gêneros literários. Conceito e história da literatura infantil. Formas de expressão da linguagem: oral e escrita (literatura infantil). Elaboração e execução de Projetos que envolvam Letramento &Literatura Infantil. Bibliografia Básica: Zilberman, Regina. a Literatura Infantil na Escola. 3. Ed. São Paulo, Sp: Global, 2005. Soares, Magda. Letramento: um Tema em Três Gêneros. 3. Ed. Belo Horizonte, Mg: Autêntica, 2009-2012Lajolo, Marisa; Zilberman, Regina. Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias. 2. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. Bibliografia Complementar: Tfouni, Leda Verdiani. Letramento e Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2000. Abramovich, Fanny. Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices. São

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 40

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 551

Paulo: Scipione, 1997Lajolo, Marisa. Usos e Abusos da Literatura na Escola: Bilac e a Literatura Escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

- LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA: TEORIA E PRÁTICA: O estudo dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da Lexicografia, discutindo os princípios que orientam a seleção de lexias para fins lexicográficos. As tipologias das obras lexicográficas, o dicionário-padrão da língua e a estruturação de obras de cunho lexicográfico. O uso do dicionário em sala de aula e as implicações de seu uso no processo de ensino-aprendizagem de língua materna e língua estrangeira. Bibliografia Básica: Carvalho, O. L. de S.; Bagno, M. (Org.). Dicionários Escolares: Políticas, Formas & Usos. São Paulo: Parábola, 2011. Borba, F. S. Organização de Dicionários: Uma Introdução à Lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003Biderman, M. T. C Teoria Lingüística. Teoria Lexical e Lingüística Computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Bibliografia Complementar: Isquerdo, Aparecida Negri; Alves, Ieda Maria (Org.). **as Ciências do Léxico, Volume Iii:** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2007. 483 P. Isbn 978-85-7613-102-1. Xatara, Cl Et Al. (Org) Lexicografia Pedagógica: Definições, História, Peculiaridades. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008Maldonado, C. Uso Del Diccionario En El Aula. Madrid: Arco/libros, S.l. 1998.

- LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: Desmistificações em relação à surdez na perspectiva dos Estudos Surdos. O fazer pedagógico diante da diferença: surdez. Aquisição de linguagem e de segunda língua. Compreensão do processo de escrita do surdo na interlíngua. Teorização, didática, metodologia e tecnologia variada para o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita para surdos com segunda língua. Observação do cotidiano de uma instituição que atendam os surdos. Bibliografia Básica: Salles, Heloísa (Et Al.). Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica. Vol. 2. Brasília, Mec, 2004. Salles, Heloísa (Et Al.). Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica. Vol. 1. Brasília, Mec, 2004Lodi, Ana; Dorziat, Ana; Fernandes, Eulália. (Orgs.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012. Bibliografia Complementar: Quadros, Ronice. Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Barberian, Ana; Angelis, Cristiane; Massi, Giselle. (Orgs.). Letramento: Referências em Saúde e Educação. São Paulo: Plexus, 2006. Góes, Maria. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas: Autores Associados, 2012Guarinello, Ana. o Papel do Outro na Escrita de Sujeitos Surdos. São Paulo: Plexus, 2007.

- LINGUÍSTICA E SEUS FUNDAMENTOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: A construção social da linguagem escrita e seus fundamentos. A base alfabética e as contribuições da linguística para a compreensão das relações entre fonemas, grafemas e morfemas. Os métodos de alfabetização. A psicogênese da língua escrita. escola e a variação linguística. Alfabetização leitura e produção de textos nos mais diversificados gêneros. Bibliografia Básica: Cagliari. L. C. Alfabetização e Linguística. 10. Ed. São Paulo: Scipione, 2002. Ferreiro, E.; Teberosky, A. a Psicogênese da Língua Escrita. 1 Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999Rizzo, Gilda. os Diversos Métodos de Ensino da Leitura e da Escrita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. Bibliografia Complementar: Cagliari, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o Bá-bé-bi-bó-bu. 2. Ed. São Paulo, Sp: Scipione, 2014 423 P. (Coleção Pensamento e Ação na Sala de Aula). Bublitz. Grasiela Kieling. Processo de Leitura e Escrita e Consciência Linguística de Crianças que Ingressam aos 6 Anos no Ensino Fundamental. (Tese) Programa de Pós Graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível Em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4078/1/000421818-texto%2bcompleto-0.pdf;>. Acesso Em: 01 Ago. 2016. Bublitz. Grasiela Kieling. Processo de Leitura e Escrita e Consciência Linguística de Crianças que Ingressam aos 6 Anos no Ensino Fundamental. (Tese) Programa de Pós Graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível Em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4078/1/000421818-texto%2bcompleto-0.pdf;>. Acesso Em: 01 Ago. 2016.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 41

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 552

- METODOLOGIA CIENTÍFICA: Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo da elaboração de Artigos e textos científicos contemplando os mais variados temas como Educação Ambiental, Educação, Direitos Humanos, Infância, Práticas Pedagógicas, dentre outros com elaboração de resenha, resumos, relatórios e outros. Bibliografia Básica: Bianchetti, Lucídio; Meksenas, Paulo (Org). a Trama do Conhecimento: Teoria, Método e Escrita em Ciência e Pesquisa. São Paulo: Papirus 2008. Koche, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. Rampazzo, L. Metodologia Científica: para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2002. Bibliografia Complementar: Carvalho, Maria Cecília M. de (Org). Construindo o Saber: Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas. Campinas: Papirus, 1994. Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. Lakatos, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007. Trivinos, Augusto Nibaldo. Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1992. Forte, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Manual de Elaboração de Tese, Dissertação e Monografia Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004.

- METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Introdução ao planejamento da pesquisa cientifica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Abordagens qualitativas e quantitativas da pesquisa em ciências humanas. Fundamentos teóricos e métodos da pesquisa educacional. Tipos de pesquisa em educação. Áreas e linhas de pesquisa em educação. Técnicas e instrumentos de coleta de dados. Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo da elaboração de Artigos e textos científicos. Métodos Científicos na pesquisa em ciências humanas: Empirismo, positivismo, fenomenologia e materialismo histórico. Bibliografia Básica: Pádua, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-prática. Campinas: Papirus, 1996. Luna, Sérgio V. De. Planejamento de Pesquisa: Uma Introdução. São Paulo: Educ, 2007Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia Complementar: Fazenda, Ivani Catarina Arantes (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1994 Belli, Rodrigo Bischoff. os Descaminhos da Bem-aventurança: um Estudo sobre a Origem e os Desdobramentos da Concepção de Crise Paradigmática de Boaventura de Sousa Santos. 2012. 151P. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2012Gamboa, Silvio S. Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2002.

- O HOSPITAL E OS TRABALHOS MULTIDISCIPLINARES: O ambiente hospitalar. Infecções hospitalares. Prevenção e higiene. Primeiros socorros. O atendimento na enfermaria, no leito e no quarto de isolamento. As relações multidisciplinares, profissionais, afetivas entre os trabalhadores da Saúde, Educação e a Família. O trabalho do(a) pedagogo(a) no ambiente hospitalar. Bibliografia Básica: Jesus, Viviane Bonetti Gonçalves De. Atuação do Pedagogo em Hospitais. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira (Org). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humanizar. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009. Justi, Eliane Martins Quadrelli; Fonseca, Eneida Simões Da; Souza, Luciane do Rocio dos Santos De. Pedagogia e Escolarização no Hospital. Curitiba: Ibpex, 2011Justi, Eliane Martins Quadrelli. Pediatria de Queimados: um Diálogo entre a Pedagogia e o Hospital. In: Justi, Eliane Martins Quadrelli; Fonseca, Eneida Simões Da; Souza, Luciane do Rocio dos Santos De. Pedagogia e Escolarização no Hospital. Curitiba: Ibpex, 2011. Bibliografia Complementar: Gomes, Márcia Constância Pinto Aderne; Pinheiro, Roseni. Acolhimento e Vinculo: Práticas de Integralidade na Gestão do Cuidado em Saúde em Grandes Centros Urbanos. Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Fundação Uni/unesp, V.9, Nº 17, Mar./ago.2005 Botucatu, Sp: Fundação Uni/unesp. Versão Impressa Semestral Issn 1414-3283. Assumpção Junior, Francisco Baptista; Kuczynnski, Everlin (Org). Qualidade de Vida na Infância e na Adolescência: Orientações para Pediatra e Profissionais da Saúde Mental. Porto Alegre:

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 42

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 553

Artmed, 2010. P. 70-87Bernal. Marília Penna. Qualidade de Vida: sua Percepção pela Criança, pela Família e pelos Profissionais. In: Assumpção Junior, Francisco Baptista; Kuczynnski, Everlin (Org). Qualidade de Vida na Infância e na Adolescência: Orientações para Pediatra e Profissionais da Saúde Mental. Porto Alegre: Artmed, 2010. P. 70-87.

- ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: Trabalho, Indivíduo e Sociedade. Trabalho no capitalismo e produção do trabalhador. Conhecimento e profissão na sociedade capitalista. Escola, sociedade e profissão. Produção da "vocação". Orientação vocacional e profissional na sociedade brasileira (leis, profissionais, orientadores, origem e práxis) e o papel do professor. Modalidades em Orientação Profissional: Psicometria. O papel da orientação profissional na sociedade. Bibliografia Básica: Levenfus, R. S.; Soares, D. H. P. Orientação Vocacional: Novos Achados Teóricos, Técnicos e Instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002. Bock, S. D. Orientação Profissional: a Abordagem Sócio Histórica. São Paulo: Cortez, 2002Lucchiari, D. H. P.s. Pensando e Vivendo a Orientação Profissional. São Paulo: Summus, 1993. Bibliografia Complementar: Bock, A.m. B. Et Al. a Escolha Profissional em Questão. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1995 De Carvalho, Maria Margarida Moreira Jorge. Orientação Profissional em Grupo: Teoria e Técnica. Editorial Psy, 1995Lucchiari, Dulce Helena Penna Soares. Pensando e Vivendo a Orientação Profissional. Grupo Editorial Summus, 1992.

- PEDAGOGIA HOSPITALAR: Aspectos Legais, Direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Política Nacional de Educação Especial. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado. Humanização do atendimento. Bibliografia Básica: Brasil. Ministério da Educação. Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Mec; Seesp, 2002 Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: o Ministério, 1991. 110 P. Isbn 85-334-0011-x Martins. Sonia Pereira de Freitas. Hospitalização Escolarizada em Busca da Humanização Social. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009. P. 92-108. Bibliografia Complementar: : Each (2004). Carta da Criança Hospitalizada – Anotações. Lisboa, Instituto de Apoio à Criança. Disponível Em: <http://www.iacrianca.pt/images/stories/pdfs/humanizacao/anotacoes_Carta_Crianca_Hospitalizada_2009.pdf;>. Acesso Em: 05 Ago. 2016. Marcelii, Daniel; Cohen, David. Infância e Psicopatologia. Tradução: Fátima Murad. Revisão Técnica: Francisco B. Assunpção Jr. 8ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar. Secretaria de Assistência à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

- PESQUISA EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: Pesquisa. Fontes de informações. Pesquisa Bibliográfica. Pesquisa de campo. O Trabalho Científico. A Revisão de Literatura. Produção do Artigo Científico. Referências. Bibliografia Básica: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 6022: Informação e Documentação: Artigo em Publicação Periódica Científica Impressa: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5P Assis, Walkíria De. Classe Hospitalar: um Olhar Singular. São Paulo: Phorte, 2009. Bell, Judith. Projeto de Pesquisa: Guia para Pesquisadores Iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Bibliografia Complementar: Pereira. Mauricio Gomes. Comunicação Científica. Estrutura do Artigo Cientifico. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 21(2):351-352, Abr-jun 2012. Disponível Em: < Http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v21N2/v21N2A18.pdf;>. Acesso Em: 05 Ago. 2016 Pereira. Mauricio Gomes. Comunicação Científica. o Resumo de um Artigo Científico. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 22(4):707-708, Out-dez 2013. Disponível Em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v22N4/v22N4A17.pdf;>. Acesso Em: 05 Ago. 2016.Pereira. Mauricio Gomes. Comunicação Científica. Preparo para a Redação do Artigo Científico. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 21(3):515-516, Jul-set 2012. Disponível Em: < Http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v21N3/v21N3A17.pdf;>. Acesso Em: 05 Ago. 2016.

- POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 43

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 554

Financiamento da educação. Estado e educação. Princípios e finalidades das diferentes políticas públicas no contexto socioeconômico. Formação de professores.Análise das etapas da Educação Básica e as possibilidades Bibliografia Básica: Bezerra, Giovani Ferreira; Ciríaco, Klinger Teodoro. Educação Básica, Formação de Professores e Inclusão: Práticas e Processos Educacionais em Diferentes Cenários. Curitiba, Pr: Crv, 2013. Souza, Ângelo Ricardo De; Gouveia, Andréa Barbosa; Tavares, Taís Moura. Políticas Educacionais: Conceitos e Debates. 2. Ed. Appris, 2013Maria Edilene; Chaves, Vera Lúcia Jacob. Políticas e Práticas Educativas: Formação, Gestão e Trabalho Docente. Mercado de Letras, 2015. Bibliografia Complementar: .saviani, Dermeval. a Nova Ldb da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas, Sp: A. Associados, 1999 Brasil. Mec. Declaração Mundial de Educação para Todos. Brasília, 1993. Disponível em Http://www.mec.gov.br. Acesso em 09/06/2002Valle, Bertha B. R. Do. Políticas Públicas em Educação. Curitiba: Iesde, 2003.

- POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: Políticas Públicas e Legislação da Educação Especial; Processos de inclusão e exclusão escolar. Currículo e abordagens pedagógicas na educação especial. Avaliação pedagógica e educação especial. Bibliografia Básica: Bueno, José Geraldo Silveira; Lunardi, Giovana Mendonça; Santos, Roseli Albino Dos. **Deficiência e Escolarização:** Novas Perspectivas de Análise. Araraquara, Sp: Junqueira&marin, 2008. 477 P. Isbn 978-85-86305-54-2. Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro, Rj: 7 Letras, 2007. 210 P. (Questões Atuais em Educação Especial ; 6). Isbn 978-85-7577-394-9. Mantoan, M.t.e, Inclusão Escolar. o que É? por Quê? Como Fazer? Ed. Summus, São Paulo, 2014.Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Marcos Políticos Legais da Educação Especial, Brasília, 2010. Disponível Em: Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=Com_Content&view=Article&id=17009. Bibliografia Complementar: Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado. Brasília. 2011 Rossatti, Larissa Esteves Matos Rodrigues. **Educação Inclusiva e Preconceito.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 81 P. Isbn 978-85-7613-416-9. Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução Ceb/cne Nº 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

- PRÁTICAS DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA HOSPITAIS: O processo pedagógico em educação especial. Proposta pedagógica na abordagem da escola inclusiva. Práticas pedagógicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais. O Atendimento Educacional Especializado: concepções e práticas. Confecção de materiais didático-pedagógicos para educação especial. Bibliografia Básica: May, R. a Coragem de Criar. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982 Freitas, Olga. Equipamentos e Materiais Didáticos. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Paula, Ercília Maria Angeli Teixeira. De. Et Al. o Brincar no Hospital: Ousadia Cuidados e Alegria. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009. P. 09-20. Bibliografia Complementar: Freitas, Olga. Equipamentos e Materiais Didáticos. Brasília: Universidade de Brasília, 2009 Rojas, Jucimara. Livro de Pano: Momentos de Ludicidade Construtiva nas Práticas Pedagógicas Portuguesas. Universidade de Aveiro, 2004Costa, Auredite Cardoso. Prefácio. In: Porto, Olivia. Psicopedagogia Hospitalar: Intermediando a Humanização na Saúde. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

- PRÁTICAS EDUCATIVAS E PEDAGÓGICAS NO AMBIENTE HOSPITALAR: (Re)Criar dinâmicas e aprendizagens através das múltiplas linguagens artísticas no hospital. Artes, Brincadeiras, Recreação, Movimento. Oficinas de Teatro, Maquiagem, Musica. Utilização das tecnologias educativas. Bibliografia Básica: Krymicine, Andressa Oliveira de Souza; Cunha, Célia Regina Algarte. as Múltiplas Linguagens Artísticas e a Criança Enferma.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 555

In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009 Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Coordenação de Barros, Herbert Borges Paes De; Pereira, Simone Ambros. Colaboração de Amorim, Luciana dos Reis Mendes. [Et Al.]. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.Paixão, Ana Cláudia Travassos; Silva, Francyelle Mageski Gomes Da; Fonseca, Julia Rodrigues Da; Viana, Vivianne Emerick. Estratégias de Recreação Implementadas e Mediadas pela Enfermagem Durante Tratamento de Crianças com Leucemia. 2008. (Congresso). Papers Congressos, Comsaúde 2008. Disponível Em: <http://www.projetoradix.com.br/#;>. Acesso Em: 05 Ago. 2016. Bibliografia Complementar: Castro. Marleisa Zanella De. Escolarização Hospitalar: Desafios e Perspectivas. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira Matos (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humaniza. Petrópolis/rj: Vozes, 2009. P. 35-51. Verdi, Cristiane. a Importância da Literatura Infantil no Hospital. In: Matos, Elizete Lúcia Moreira (Org.). Escolarização Hospitalar: Educação e Saúde de Mãos Dadas para Humanizar. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009, P. 161-173Oliveira, Juliana Fonseca; Silva, Bethânia Machado de Matos; Cardoso Marcela Alves; Tolentino, Grassyara Pinho; Bauman, Claudiana Donato. "recreação Hospitalar e Bem-estar Psicológico de Crianças Internadas no Hospital Universitário Clemente de Faria – Hucf. um Estudo-piloto" Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão [Online], 23 Ago 2010B. Anais On-line.

- PRÁTICAS INTEGRADORAS PARA FORMAÇÃO DOCENTE: Ações integradoras entre as Licenciaturas. Problematização da Formação de Professores e Desafios da Educação Básica por meio de diferentes áreas de conhecimentos. Diálogos interdisciplinares sobre educação básica e temas transversais. Bibliografia Básica: Morin, Edgar. **Ciencia com Consciencia.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 344 P. Isbn 85-286-0579-5 Fazenda, Ivani Catarina Arantes. **o que É Interdisciplinaridade?.** São Paulo, Sp: Cortez, 2008. 199 P. Isbn 978-85-249-1408-9. Santos, Boaventura de Sousa. um Discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2005. Bibliografia Complementar: Santos, Lucíola Paixão. História das Disciplinas Escolares. Teoria & Educação. Porto Alegre, N. 2, 1990. P.21-29 Santos, Milton. **por Uma Geografia Nova:** da Critica da Geografia a Uma Geografia Critica. 2. Ed. São Paulo, Sp: Hucitec, 1980. 236 P. (Geografia : Teoria e Realidade). Gallo, Sílvio. Transversalidade e Educação: Pensando Uma Educação Não Disciplinar. In: Alves, Nilda & Leite, Regina. o Sentido da Escola. Rio de Janeiro: Dp&a, 2000.

- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: O processo pedagógico em educação especial. Proposta pedagógica na abordagem da escola inclusiva. Práticas pedagógicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais. O Atendimento Educacional Especializado: concepções e práticas. Confecção de materiais didático-pedagógicos para educação especial. Bibliografia Básica: Gomes, A. L. L., Poulin,j.r, Figueiredo, R.v. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Deficiência Intelectual. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Fascículo 2. Disponível Em: Ada.mec.gov.br/.../fasciculo%202%20-%20o%20atendimento%20educacional%20e Pletsch M. D. Estratégias Educacionais Diferenciadas para Alunos com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro, Editora Eduerj, 2013. Schlunzen, E.t. M. Práticas Pedagógicas do Professor - Abordagem Construcionista Contextualizada e Significativa para Uma Educação Inclusiva. Appris, 2016. Malheiro, C. L. & Mendes, E. G. Sala de Recursos Multifuncionais - Formação, Organização e Avaliação. Jundiaí. Ed: Paco, 2017. Bibliografia Complementar: Alves, C. B. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Delpretto, B. M. L. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Altas Habilidades/superdotação. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 45

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 556

Fascículo 10. Disponível Em: Https://inclusaoja.com.br/2011/05/27/colecao-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar/ Cunha, E. Autismo na Escola um Jeito Diferente de Aprender um Jeito Diferente de Ensinar. Ed: Wak. 2015 Domingues, C.a. a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os Alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. 2010. Disponível Em: Disponível em Https://inclusaoja.com.br/2011/05/27/colecao-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar/.

- PROFISSÃO DOCENTE E SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR: Profissão docente na contemporaneidade. Desafios e perspectivas da profissão docente no Brasil e no mundo. Principais características da profissão docente. Qualidade de vida. Qualidade de Vida no Trabalho. Estresse ocupacional. Principais problemas de saúde física e mental que acometem professores. Resiliência. Motivação. Bibliografia Básica: Codo, W. Educação: Carinho e Trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999 Esteve Zarazaga, José Manuel. **o Mal-estar Docente:** a Sala-de-aula e a Saúde dos Professores. Bauru, Sp: Edusc, 1999. 175 P. (Educar) Isbn 86-86259-37-3 Nóvoa, A. Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 1991. Bibliografia Complementar: Bueno, H. P.v. Fatores de Riscos Psicossociais em Professores de Escolas Pantaneiras: Relações com Transtornos Mentais Comuns e Estresse Ocupacional. Tese de Doutorado. Campo Grande (Ms), 2017. 199 Páginas. Universidade Católica Dom Bosco Dejours, C. Loucura do Trabalho. São Paulo: Oboré, 1987. Nóvoa, A. os Professores e sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

- PSICOLOGIA AMBIENTAL: Problemas ambientais e a psicologia. Desenvolvimento humano e ambiente. As dimensões do processo de conscientização ambiental e a subjetividade. Experiências em educação ambiental e a psicologia. Bibliografia Básica: Krebs, J. R.; Davies, N. B. **Introdução à Ecologia Comportamental.** São Paulo, Sp: Atheneu, 1996. 420 P. Isbn 8574540463. Mcfarling, H. Psicologia Ambiental. Sp: Epu, 1978. Guzzo, R. S. L., Pinheiro, J. Q. e Gunther, H. Psicologia Ambiental: Entendendo as Relações do Homem com seu Ambiente. São Paulo: Alínea, 2004. Bibliografia Complementar: Revista da Universidade Católica de Goiás. Análise do Comportamento e Etologia. V. 30, N. 5, P. 927-1278. Goiânia: Ed. Ucg, 2003. Tanner, R. T. Educação Ambiental. Sp: Summus/edusp, 1978. Ades, C. (Org.) Etologia de Animais e de Homens. Sp: Edicon/edusp, 1989.

- PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Caracterização da Psicologia como Ciência a partir de sua trajetória histórica, objeto de estudo e métodos. Caracterização dos processos psicológicos voltados para a educação e subjetividade. Principais matrizes epistemológicas da Psicologia e suas contribuições e implicações para a Educação (Behaviorismo, humanismo, Psicanálise e Histórico Cultural). Novas tendências educacionais em Psicologia. Psicologia, Educação e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Coll, Cesar. e Cols. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004 Urt, Sônia da Cunha. **Psicologia e Práticas Educacionais.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2000. 241 P. (Fontes Novas Ciências Humanas). Isbn 85-85917-62-8. Bock, Ana M. B; Furtado, Odair; Teixeira, M. De. L. T. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Bibliografia Complementar: Uller, W. Experiências Escolares dos Jovens e seus Projetos Vitais: um Olhar a Partir dos Modelos Organizadores do Pensamento. 2012. 203 F. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo,2012. Ardito, Vera Lúcia Casagrande. Psicanálise e Educação: Algumas Questões Acima do Saber.2015. 201 F. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Salvador, César Coll Et Al. Psicologia da Educação. Penso Editora, 2016 Wallon, Henri; Rabaça, Ana Maria. Psicologia e Educação da Infância. 1975.Davis, Cláudia; Oliveira, Zilma De. Psicologia na Educação. Cortez, 1994.

- PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: Características e determinantes do desenvolvimento e da aprendizagem durante a infância, adolescência e vida adulta. Concepção de criança, infância e desenvolvimento. Socialização Primária e Secundária. As principais abordagens teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e da

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 557

Aprendizagem. As correntes teóricas comportamentais e psicogenéticas. O papel da linguagem no desenvolvimento e na aprendizagem. Observação do comportamento de crianças com registros. Bibliografia Básica: Oliveira, Zilma Et Al. Creches: Crianças, Faz de Conta & Cia. Petrópolis, Rj: Vozes, 1992. Ariès, P. História Social da Família e da Criança. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. Bock, A. M. B. Et Al. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia, 13ª Ed., Sp: Ática. 1999. Bibliografia Complementar: Vygostsky, L. S. a Formação Social da Mente. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Papalia, D. E; Olds, S. W. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2000. Piaget, Jean. o Nascimento da Inteligência na Criança. Rio de Janeiro: Zahar/inl/mec. 1975. Luria, A.r. Pensamento e Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. Freitas, Maria T. de A. Vygotsky & Bakhtin – Psicologia e Educação: um Intertexto. São Paulo: Ática, 1994.

- PSICOLOGIA E DIVERSIDADE HUMANA: Aspectos antropológicos e sociais implicados no conceito de diversidade humana e suas relações com a ciência psicológica, a diferença, o diferente, o outro e o si mesmo, preconceito, estigma e estereótipos. Contribuições da psicologia para a compreensão do fenômeno exclusão e inclusão em relação às pessoas ou grupos de pessoas que se diferenciam quanto as suas origens étnicas, credo e classe social. Bibliografia Básica: Cunha, M. C. Antropologia do Brasil: Mito, História. Etnicidade. São Paulo: Brasiliense,1986 Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1995-2013. 220 P. Isbn 978-85-7164-448-9. Matta, R. Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social. Petrópolis, Vozes,1984. Bibliografia Complementar: Geertz, C. a Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ltc, 1989. Giddens, A. as Consequências da Modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.Goffman, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Ltc, 1975.

- PSICOLOGIA E MORTE: Aspectos antropológicos e sociais implicados no conceito de diversidade humana e suas relações com a ciência psicológica, a diferença, o diferente, o outro e o si mesmo, preconceito, estigma e estereótipos. Contribuições da psicologia para a compreensão do fenômeno exclusão e inclusão em relação às pessoas ou grupos de pessoas que se diferenciam quanto as suas origens étnicas, credo e classe social. Bibliografia Básica: Torres, W. C. (Coord.). a Psicologia e a Morte. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 1983 Dássumpção, (Coord.) Morte e Suicídio: Uma Abordagem Multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1984.Durkhein, E. o Suicídio. Rio de Janeiro: Zahar,1982. Bibliografia Complementar: Becker, Ernest. a Negação da Morte. Editora Record, 1995 Kovács, Maria Júlia. Morte e Desenvolvimento Humano. Casa do Psicólogo, 1992.Ross, E. K. sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Educação na sociedade capitalista. O processo de constituição da escola contemporânea. Educação escolar na constituição da subjetividade. Teorias liberais da educação. Teorias críticas da educação. Educação como mercadoria. Educação e emancipação humana. Bibliografia Básica: Frigotto, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995. Saviani, D. Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre a Educação Política. Campinas, Sp: Autores Associados, 2000.Marx, Karl; Engels, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. São Paulo: Moraes, 1992. Bibliografia Complementar: Lancillotti, Samira Saad Pulchério. a Constituição Histórica do Processo de Trabalho Docente. 2008. 328P. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, Sp, 2008. Alves, Gilberto Luiz. **a Produção da Escola Pública Contemporânea.** 4. Ed. Campinas, Sp: Autores Associados, 2006. 276 P. Isbn 85-7496-034-9 (Autores Associados). Costa, Cristina. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. 4. Ed. São Paulo, Sp: Moderna, 2011-2013.

- TEATRO E DANÇA NA EDUCAÇÃO: Aspectos teóricos e práticos do teatro e da dança. A expressão corporal e a educação. Apresentação de diversos tipos de dança. Bibliografia Básica: Dullius, Marion. a Alegria de Dançar: Técnicas, Exercícios, Teatro, Histórias. Porto Alegre: Ed. Age, 1999 Dantas, Mônica. Dança: o Enigma do Movimento. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1999Dietrich, Maria Gladys Agostinelli. Danças Infantis. Porto Alegre: Of. Gráf. da

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 558

Livraria do Globo, 1962. Bibliografia Complementar: Dantas, Mônica. Dança: o Enigma do Movimento. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1999 Ellmerich, Luís. História da Dança. Prefácio de Francisco Mignone. 4. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988Reverbel, O. um Caminho do Teatro na Escola. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2002.

- TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: a) atuais tecnologias de comunicação e informação. b) Contextualização histórica das políticas voltadas à inserção das novas tecnologias no cenário educacional brasileiro. c) As tecnologias no cotidiano escolar e a formação dos professores. d) A mídia e suas implicações na educação. e) Metodologias diferenciadas no uso das tecnologias na educação. f) Jogos eletrônicos na educação. Bibliografia Básica: Moran, J. M. as Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000. Lévy, Pierre. as Tecnologias da Inteligência: o Futuro do Pensamento na Era da Informática. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Ed.34, 2011. 206 P. (Coleção Trans.). Kenski, Vani Moreira. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. [9. Ed.]. Campinas, Sp: Papirus, 2010-2013. 157 P. (Série Prática Pedagógica). Bibliografia Complementar: Kenski, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o Novo Ritmo da Informação. Campinas: Papirus, 2008. Leite, Lígia Silva. Tecnologia Educacional: Descubra suas Possibilidades na Sala de Aula. [7. Ed.]. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012Carvalho, Célia Regina de (Org.). Tecnologias e Educação: Discussões Teóricas e Atividades Práticas. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 95 P.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

Após aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia será implantada a nova Matriz Curricular e todos os acadêmicos migrarão para ela, respeitando sua adequação por meio de Planos de Estudos individuais para aqueles que já estiverem cursando.

O quadro atual de professores efetivos e substitutos atende a nova estrutura curricular. Será necessário um ambiente virtual para serem ministradas as aulas a distâncias previstas em algumas disciplinas com no máximo 20% da carga horária.

Materiais de consumo serão extremamente relevantes para os Laboratórios do Curso: "Laboratório de Pedagogia" e "Laboratório de Ludicidade e Artes na Diversidade Cultural"

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes àreas:

a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência serão objeto de atenção especial tanto no plano arquitetural como nos planos pedagógico e atitudinal. No plano arquitetural a UFMS está investindo na criação de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida ou deficiência visual, na instalação de rampas, elevadores e piso tátil para acesso aos diferentes ambientes. No plano pedagógico, o curso de Pedagogia-Licenciatura prevê a capacitação de todos os seus docentes para o atendimento a pessoas com deficiências, pela oferta de capacitações tais como;

a. Atendimento a pessoas com deficiências (intelectual, auditiva, visual, física, surdocegueira, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação);
b. Preparação de materiais audiovisuais, em braile ou fonte ampliada que atendam tanto a pessoas normovisuais como as pessoas com deficiência visual
c. Preparação de materiais didáticos em Libras para pessoas surdas;
d. Produção de textos em braile;

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
04/01/2018
Nº 6702
Pg. 559

e. Libras e sua estrutura.

Além da capacitação, há a sugestão de metodologias e plano educacional individualizado, que podem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno.

Ponto importante é a flexibilização promovida pela instituição quando se trata de pessoas com deficiência nos tempos de integralização curricular, nos tempos para produção dos diferentes trabalhos acadêmicos, nas avaliações diferenciadas, bem como nas formas de sua produção.

Serão disponibilizados recursos diferenciados e serviços de apoio de professor especializado para alunos com deficiência física e transtorno do espectro autista, quando for comprovada a necessidade.

Ainda, para os alunos com transtornos do espectro autista a avaliação pedagógica será flexível; a prática pedagógica estimulará a comunicação, o desenvolvimento das relações com seus pares e diferentes experiências para o aprendizado; serão identificados meios adequados para estimular sua comunicação; será oferecido atendimento educacional especializado com o objetivo de eliminar as barreiras que dificultam ou impedem sua aprendizagem, interação social e comunicação.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O curso oferece aos seus alunos todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O desenvolvimento das temáticas acima se encontra articulado com a política institucional da UFMS, fundamentada nos requisitos legais e normativos que regem a matéria.

A política adotada pelo curso de Pedagogia do *Campus* de Aquidauana envolve a inclusão de disciplinas curriculares específicas, conforme consta na organização curricular do curso, que em suas ementas, metodologias e estratégias de ensino incorporam esses aspectos educativos sob uma perspectiva integradora e problematizadora. Oferecem-se conteúdos e perspectivas que contemplam dimensões históricas, sociais e antropológicas na educação das relações étnico-raciais, na educação ambiental, nos direitos humanos, na constituição de atitudes e práticas inclusivas, bem como o fomento de pesquisas e construção de materiais instrucionais, que possam contribuir para a formação de professores constitutivos de uma escola plural e republicana.

As temáticas, os conteúdos, etc. de Direitos Humanos e Educação Ambiental serão contempladas de forma transversal nas ementas.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

A avaliação do processo formativo se dá por meio da Comissão Própria de Avaliação, por meio das avaliações externas e pelo Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação. Além destes mecanismos, a Coordenação do Curso promoverá reuniões bimestrais com os docentes do curso para discutir obstáculos ao processo de aprendizagem.

O sistema de avaliação discente praticado no Curso de Pedagogia-Licenciatura/CPAQ é o previsto na Resolução COEG n° 269 de 01/08/2013, que aprovou o

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 49
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 560

Regulamento do Sistema Semestral de matrícula por disciplina dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS, na qual fixa normas sobre o ano letivo, os horários de aulas, currículo pleno dos cursos, estruturas curriculares, planos de ensino, forma de ingresso, matrícula, transferências e verificação de aprendizagem.

Para aprovação nas disciplinas o acadêmico deverá obter frequência igual ou superior a 75% por cento e média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino. A verificação do rendimento acadêmico será realizada por meio de atividades acadêmicas: avaliações (escritas, práticas ou orais), trabalhos práticos, estágios, seminários, debates, pesquisa, excursões e outros exigidos pelo docente responsável pela disciplina, conforme programação no Plano de Ensino. O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deverão ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na turma, salvo exceções considerando as adaptações e flexibilizações curriculares quando acadêmicos inclusos.

Em cada disciplina a programação do Plano de Ensino deverá prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. As avaliações escritas realizadas deverão ser entregues aos acadêmicos até dez dias da realização da mesma. As notas e as frequências deverão ser lançadas no Sistema Acadêmico nos prazos definidos no Calendário Acadêmico. Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Será atribuída nota 0,0 (zero vírgula zero), para cada evento, ao acadêmico que não realizar as atividades acadêmicas ou não comparecer às avaliações.

O acadêmico terá direito à revisão de suas avaliações dirigindo-se ao professor, em primeira instância, por meio de requerimento protocolizado no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado. O professor terá o prazo de um dia útil para manifestação escrita sobre o pedido. O acadêmico deverá apor seu ciente no documento de resposta, e receber uma cópia deste. O acadêmico poderá ingressar com recurso quanto ao resultado da revisão, no Colegiado de Curso, via Secretaria Acadêmica, no prazo de cinco dias úteis do seu ciente.

O Colegiado de Curso deverá constituir uma comissão, composta por três docentes que ministram disciplinas no curso, sendo vedada a inclusão do professor que corrigiu a avaliação em questão. A Comissão deverá analisar o pedido do acadêmico, consultar o professor e emitir um parecer sobre o resultado da revisão, e encaminhar para o Colegiado de Curso, para homologação. Da homologação do Colegiado de Curso não caberá recurso.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei n°. 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (ENADE). A UFMS designou uma equipe que compôs a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que organizou, elaborou e disponibilizou os instrumentos de avaliação, a fim de orientar aos Coordenadores de Cursos sobre a auto avaliação dos mesmos. A referida comissão é composta por docentes, técnico-administrativo e discente, sendo para cada titular um suplente.

A CPA/UFMS disponibilizou um link no endereço eletrônico da UFMS (www.ufms.br) para acesso de documentos e relatórios. A metodologia adotada pela CPA/UFMS foi encaminhada à CONAES/MEC, constituída de etapas e análise das dimensões fixadas pela Lei 10.861/2004.

Foi fixado um cronograma para as ações referentes às coordenações de cursos de graduação, que a CPA/UFMS está coordenando, para a consecução de auto avaliação prevista pelo SINAES, a avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior, a ser realizada de forma eletrônica em razão da informatização do instrumento de avaliação fixado pela Resolução CAEN n° 167, de 04.10.2000. O formulário para avaliação encontra vinculado ao Sistema de Notas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (SISCAD).

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 561

o corpo docente e discente, visando analisar eventuais problemas e indicar soluções. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes do Curso deverão participar da avaliação do Curso e das disciplinas cursadas no semestre anterior, realizada de forma eletrônica, por meio do instrumento de avaliação aprovado pela CPA. O formulário de avaliação encontra-se integrado ao SISCAD.

Caberá ao Colegiado de Curso promover a divulgação do endereço eletrônico e fazer campanha para que todos os acadêmicos avaliem o Curso e as disciplinas ministradas no ano anterior à avaliação. Além disso, os docentes e a direção estarão sempre atentos para ouvir as sugestões, dúvidas e reclamações dos alunos.

Por fim, o regulamento das Atividades Complementares do Curso estabelece que até 20% da carga horária em Atividades Complementares seja cumprida mediante a comprovação, por parte do discente, de participação respondendo questionários da CPA ao longo do curso.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Secretaria Especial de Avaliação Institucional é a unidade responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), e Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação (Dira), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (https://cpa.ufms.br/) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas;
- solicitação de informações sobre os cursos de graduação às secretarias acadêmicas de todas as unidades setoriais acadêmicas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

As Atividades Orientadas de Ensino serão desenvolvidas de forma optativa, com regulamentação própria, permeando a formação do futuro profissional, cujas atividades deverão primar pela articulação entre teoria e prática. Esse componente curricular tem como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, bem como propiciar a iniciação à investigação científica a partir da observação, estudos teóricos e contato com a realidade sócio educacional.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em atendimento à legislação, o curso prevê o cumprimento de 204 horas em

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 562

Atividades Complementares. O Regulamento destas Atividades está inserido no presente Projeto Pedagógico de Curso.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A pesquisa, o ensino e a extensão de forma indissociável são alguns dos pilares de sustentação das universidades brasileiras. Nesse sentido, as Atividades de Extensão, desenvolvidas de forma optativa com regulamentação própria, visam atender a Política Nacional de Extensão Universitária onde busca-se uma "transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia" (FORPROEX, 2012, p. 4).

Na atualidade sempre buscamos "estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade" (FORPROEX, 2012, p. 5). Muitas são as necessidades da sociedade, os desafios e os caminhos a serem percorridos para que essas relações se construam com o envolvimento dos professores, acadêmicos, técnicos administrativos e a comunidade.

Várias são as possibilidades de atividades de extensão com e sem fomento que são oferecidas e coordenadas pelo corpo docente de forma continua relacionada aos diversos componentes de ensino, pois é "um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (BRASIL, 2015, p. 9). Todos os docentes estão envolvidos colaborativamente de forma direta ou indiretamente nessas atividades, seja como coordenador, colaborador, palestrante, pesquisador.

Esse é um "processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage" (BRASIL, 2015, p. 9). Muitas são as oportunidades de experiência vivenciada pelos envolvidos considerando as diversas temáticas oferecidas na área da educação.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O Curso de Pedagogia-Licenciatura tem em sua estrutura 408 horas de Estágio Obrigatório divididos em 204 h/a na Educação Infantil e 204 h/a nos Anos Iniciais. Para os acadêmicos que optarem para cursarem o Núcleo de Aprofundamento em Educação Especial deverão cumprir 85 h/a.

Estágio Obrigatório:

O Estágio Obrigatório normatizado de acordo com as determinações da Resolução nº 107, de 16/06/2010, é um ato educativo orientado por professores da área e supervisionado por profissionais da área em que se estagia visando à preparação do acadêmico para a atividade profissional integrando os conhecimentos teórico, prático e científico dos acadêmicos, permitindo a transposição e didática dos ensinamentos teóricos apreendidos na Universidade, socializando os resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico-profissional. Dessa forma, são objetivos do Estágio Obrigatório:

- integrar teoria e prática em situações reais ou o mais próximo possível do real;
- propiciar a avaliação do trabalho acadêmico desenvolvido pelo Curso;
- oportunizar a demonstração de atitudes críticas e autônomas;
-estimular a iniciativa para a resolução de problemas na área profissional, aperfeiçoando e adquirindo novas técnicas de trabalho.

A coordenação de todas as etapas referentes às atividades previstas para a realização do Estágio Obrigatório é de responsabilidade da Comissão de Estágio (COE), formada por professores do Curso e um representante discente.

Componente curricular obrigatório e para a sua realização o aluno deve estar matriculado em Estágio Obrigatório na Educação infantil I (5º semestre do curso) e Estágio Obrigatório na Educação infantil II (7º semestre do curso), Estágio Obrigatório nos Anos

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 563

Iniciais do Ensino Fundamental I (6º semestre do curso) e, Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (no 8º semestre do curso) de Pedagogia. O acadêmico deverá, ainda, cursar o Estágio Obrigatório de um dos núcleos de aprofundamento (8º semestre do curso). Os estágios exigem, por parte do acadêmico, a frequência aos eventos programados e aproveitamento em conformidade com as normas vigentes na UFMS e complementadas pelo regulamento de Estágio Obrigatório em Pedagogia, aprovado pelo Colegiado de Curso.

Cada turma do Estágio terá no mínimo 5 e máximo 10 acadêmicos.

Os regulamentos dos estágios obrigatórios encontram-se em documento anexo a este projeto pedagógico.

Estágio não obrigatório

Prevê-se no Curso a realização de estágios não obrigatórios, cuja carga horária serão consideradas nas Atividades Complementares."

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

O Estágio no Curso de Pedagogia-Licenciatura será direto e/ou semi direto. Onde o professor fará acompanhamento *in loco* esporadicamente.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O Curso de Pedagogia-Licenciatura oferece inúmeras atividades aos acadêmicos, dentre elas

a. Participação em Eventos Científicos e Culturais, com possibilidades de publicação e apresentação de trabalhos;
b. Participação no projeto PIBID;
c. Participação dos acadêmicos em Grupos de Pesquisa;
d. Participação em Projetos de Extensão;
e. Participação em Projetos de Ensino;
f. Bolsas de iniciação científica em projetos de pesquisa ligados a temas Educacionais;
g. Participação em Monitoria;
h. Aulas de Campo;
i. Participação em Projetos desenvolvidos nas instituições de ensino.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

A prática de ensino como componente curricular, distribuída no Núcleo de Aprofundamento e Diversificação, está calcada na relação indissociável com a teoria e na concepção de professor-pesquisador, disposta nos oito semestres do Curso de Pedagogia. O desenvolvimento de diferentes atividades visa fomentar a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, oportunizando a produção de materiais para o ensino nas escolas de educação básica, além de garantir a interconexão entre os conteúdos específicos trabalhados na formação, a prática como componente curricular e a experiência nos espaços formais e não formais de educação.

A Prática de Ensino se encontra distribuída ao longo das disciplinas do curso, conforme as atividadesde de campo previstas, aulas nos laboratórios do curso e a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa, extensão e ensino que são desenvolvidos.

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 53
04/01/2018 Nº 6702 Pg. 564

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOUVER)

O curso de Pedagogia/CPAQ estabeleceu, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à produção do Trabalho de Conclusão de Curso, que será de natureza teórica, desenvolvido em forma de Artigo Científico.

Os Artigos deverão apresentar objeto de investigação e enfoque que configurem o campo de pesquisa do/a Pedagogo/a.

O Colegiado de Curso estabelece normas específicas para regulamentar a orientação, a redação e apresentação de TCC, respeitando o princípio de que este deve ser um trabalho autoral e apresentado publicamente, diante de uma banca composta por professores que se encarregarão de avaliá-lo. As Normas constam no anexo.

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS NA EAD)

Os materiais didáticos- pedagógicos serão elaborados durante as aulas nas práticas de ensino e também no "Laboratório de Ludicidade e Artes na Diversidade Cultural"

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O curso de Pedagogia-Licenciatura dispõe da seguinte infraestrutura

a. Conjuntos de salas de aula;

b. Laboratório de Pedagogia;

c. Laboratório de Ludicidade e Artes na Diversidade Cultural;

d. Dependências Administrativas do *Campus* (biblioteca, laboratório de informática, Anfiteatros, dentre outros.) *;*

g. Equipamentos para produção audiovisual;

Além destes espaços, o curso tem acesso ao LIFE da UFMS/*Campus* de Aquidauana, laboratório interdisciplinar equipado com equipamentos para produção de materiais didáticos

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Um dos principais desafios para os professores do ensino superior dos cursos de licenciatura é oferecer de forma integrada (pesquisa, ensino, extensão) subsídios para que o futuro licenciado esteja preparado para exercer sua profissão em uma sociedade cada vez mais tecnológica. Desse modo, é importante criarmos situações favoráveis para a incorporação dos avanços tecnológicos no ensino de graduação.

Atendendo a esse paradigma os professores do Curso de Pedagogia incorporam diferentes recursos tecnológicos em suas práticas cotidianas onde todo processo didático pedagógico como lançamento de diário de classe (controle das aulas, frequência por acadêmico, frequência por aula), plano de ensino, avaliações /notas (estatísticas, notas, sistema de avaliações), relatórios gerenciais, caixa de mensagens, avaliação institucional são feitos pelo Sistema Acadêmico (SISCAD).

Nesse contexto, “o Sistema Acadêmico (SISCAD) foi desenvolvido para auxiliar docentes e acadêmicos da UFMS no gerenciamento e consulta de informações relacionadas a cursos de graduação oferecidos pela UFMS” (BRASIL, 2016, p. 3), com acesso através da internet professores e acadêmicos contam com esse importante recurso para acompanhamento de todas as atividades além da visualização de oferta de disciplina.

Com vista a incorporação dos avanços tecnológicos professores e acadêmicos cotidianamente fazem uso e acessam os diversos livros eletrônicos (e-Books) publicados pelas editoras Atheneu, Springer, Elsevier através do portal Minha Biblioteca e ao acervo de Multimídia DVDTECA onde temos disponível várias coleções de filmes e documentários com títulos relacionados a todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 2016). Para que isso

Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados – Seloc/RTR
Cidade Universitária, s/n Fone: (067) 3345-7041/7042/7189
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: seloc@ufms.br
Projeto (0247950) SEI 23454.001856/2017-16 / pg. 54

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 565

ocorra com sucesso o campus disponibiliza a todos através de cadastramento prévio acesso a rede Wireless.

São oferecidos ainda laboratório de informática para aqueles que não possuem dispositivos moveis e para que os professores ofereçam aulas práticas. Temos ainda projetores multimídia que podem ser utilizados no laboratório ou transportados para as salas de aulas.

Seguindo uma tendência mundial a UFMS - Campus de Aquidauana mantém uma página na rede social Facebook e um *site* onde são postadas diversas informações relevantes (comunicados, eventos, cursos ofertados, processos seletivos) para toda a comunidade acadêmica.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é comum a todo projeto, este Projeto Pedagógico é flexível e deverá ser avaliado constantemente para o aprimoramento, buscando, desta forma, incorporar avanços no sentido de ampliar as condições de formação do (a) pedagogo (a).

Finalmente, é importante ressaltar que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades do curso, da realidade regional e local, além das normatizações, tematizações e concretizações.

15. REFERÊNCIAS

- AMORIM NETO, Roque C. Ética e moral na formação inicial de professores. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- BRASIL. **e-Books.** Disponível em: <http://biblioteca.sites.ufms.br/acervos/e-books/>. Acesso em: 14 ago. 2016.

- BRASIL. **Multimídia.** Disponível em: <http://biblioteca.sites.ufms.br/acervos/multimidia/>. Acesso em: 14 ago. 2016.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n° 003, de 10 mar. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 566

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm

- _____. **Elaboração de Propostas de Ações de Extensão: Apostila Básica.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Coordenadoria de Extensão. Campo Grande, março de 2015.

- _____. **SISCAD UFMS.** Manual do Docente. Disponível em: <http://progep.sites.ufms.br/files/2014/12/manual_Siscad.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Manaus, 2012;

- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

04/01/2018
Nº 6702
Pg. 567